



Texto para discussão

299

**Brasil como sistema
complexo: interações de
castas**

Fernando Nogueira da Costa

Maio 2017

Instituto de Economia
UNICAMP



Brasil como sistema complexo: interações de castas

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

Neste estudo dos comportamentos históricos das castas de natureza ocupacional, no Brasil, entende-se que, a partir das interações entre esses componentes de um sistema complexo, emerge um resultado que não pode ser observado no nível de cada qual, mas sim através da rede de relacionamentos entre elas. Trata-se de uma trajetória dinâmica de alianças, golpes e contragolpes. Primeiro, analisa a evolução das alianças entre as castas brasileiras, destacando os pontos de ruptura como marcos históricos. Depois, busca detectar, dentro da dependência de trajetória caótica e não linear desse sistema complexo, se há predominâncias de comportamentos e quais são os principais nódulos dos relacionamentos entre as castas brasileiras: conciliação, autoritarismo, elitismo, populismo, culto à personalidade, e corrupção.

Palavras-chave: Historiografia; Fontes e Métodos.

Abstract

Brazil as complex system: caste interactions

In this study of the historical behavior of castes of occupational nature in Brazil, it is understood that, from the interactions between these components of a complex system, a result emerges that cannot be observed in the level of each one, but through the network of relationships between them. It is a dynamic trajectory of alliances, blows and counter-coups. First, it analyzes the evolution of the alliances between the Brazilian castes, highlighting the points of rupture as historical milestones. It seeks to detect, within the dependence of chaotic and nonlinear trajectory of this complex system, if there are patterns of behaviors and what are the main nodes of the relationships between the Brazilian castes: conciliation, authoritarianism, elitism, populism, cult of personality, and corruption.

Keywords: *Historiographical; Sources and Methods.*

Classificação JEL / JEL Classification: N01.

Introdução

O economista historicista busca sempre contar histórias, adotando um método de teorizar que junta fatos, generalizações de baixo nível de abstração

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com> / <http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>.
E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

e teorias de alto nível abstrato. No cozimento final, adiciona ainda pitadas de julgamentos de valor em uma narrativa que imagina ser coerente.

Nassim Nicholas Taleb, no livro “*A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável*”, publicado em 2008, comenta essa prática. “Nós gostamos de histórias, gostamos de resumir e gostamos de simplificar, ou seja, de reduzir a dimensão das questões”.

Alerta para as ilusões do conhecimento. “A história não é um tempo para se teorizar nem para derivar conhecimento geral, tampouco deve ajudar no futuro, sem algum cuidado”. Há problema com a *indução*, isto é, aquela forma de raciocínio que leva à conclusão de um certo caso com base na observação da regularidade de uma ocorrência. Repetição gera aprendizado. Porém, a postura recomendada é saber história *sem teorizar* a partir dela e/ou *sem buscar causação*. Sabemos que é difícil para a mente humana ver *sem interpretar*. Quer sempre buscar padrões.

Taleb (2008) sugere aprender a ler história, no processo de conhecer o passado, mas não criar nenhuma ligação causal, não tentar fazer *engenharia reversa* com supostas alegações científicas. Evitemos enxergar o processo para frente seguindo sempre uma única dependência de trajetória dos agentes. Se o Brasil a segue, ela é *caótica*, ou seja, ela se afasta das condições iniciais – ponto-de-partida que, muitas vezes, desconhecemos, levando-nos a ver o passado a partir do ponto-de-chegada presente. Mas dessa interpretação do Brasil não devemos derivar um determinismo histórico para o futuro.

A busca de compreensão do nosso País leva-nos a criar regras e lembrar apenas de alguns episódios marcantes. Em vez de aceitar que eles formam uma trajetória caótica e não linear no tempo, queremos resumir, atribuir certa ordem e diminuir a aleatoriedade. Com essa simplificação reducionista, esquecemos dos demais fatos e, principalmente, dos “cisnes negros”. Eles representam os dados espúrios em uma amostra estatística.

Antes da descoberta da Austrália, as pessoas do Antigo Mundo estavam convencidas de que todos os cisnes eram brancos. Esta era uma crença inquestionável por ser absolutamente confirmada por evidências empíricas. Deparar-se com o primeiro cisne negro (...) ilustra uma limitação severa no aprendizado por meio de observações ou experiências e a fragilidade de nosso conhecimento. Uma única observação pode invalidar uma afirmação originada pela existência de

milhões de cisnes brancos. Tudo que se precisa é de um único pássaro negro (Taleb, 2008).

Buscamos explicações para sua ocorrência após o evento, tornando-o explicável e previsível. Isto é fazer previsibilidade *retrospectiva*, mas não *prospectiva*.

A *falácia narrativa* aborda essa nossa capacidade limitada de olhar para sequências de fatos sem querer impor uma explicação nelas. Forçamos uma ligação lógica, um relacionamento progressivo sobre elas. Explicações unem fatos. E tornam os fatos mais fáceis de serem lembrados. Assim, elas nos ajudam a buscar um sentido na vida. Essa propensão pode dar errado quando aumenta nossa impressão de seu entendimento.

Taleb (2008) conta que, “diferentemente de outros videntes, houve um que era capaz de prever o passado com grande precisão — sem que lhe dessem qualquer detalhe sobre o passado. Ele fazia *previsões ao contrário*”.

Ele acrescenta que “nosso problema não é apenas que não sabemos o futuro — também não sabemos muito sobre o passado. Precisamos muito de alguém como este vidente que faz *profecias reversas*, se quisermos conhecer a história”.

A primeira direção da previsão é chamada de “processo *forward*” (para a frente). A segunda direção, o “processo *backward*” (para trás, inverso), é muito mais complicada. O processo *forward* é geralmente usado na Física e na Engenharia. O processo *backward* é tentado em abordagens históricas não repetíveis. Assim como não podemos *desfritar um ovo*, também somos impedidos de aplicar Engenharia reversa na História.

Taleb (2008) aumenta um pouquinho a complexidade do problema *forward-backward*, presumindo a *não linearidade*. Segundo a famosa metáfora da Teoria do Caos, “o bater-de-asas de uma borboleta provoca furacão alhures”. Um pequeno desvio em relação às condições iniciais, em um sistema complexo, pode levar a resultados inesperados.

Uma única borboleta batendo as asas em certo lugar pode ser a causa certa de um furacão longe dali, apesar de o furacão só surgir dois anos depois. Contudo, dada a observação de um furacão nesse lugar, é questionável que se possa decifrar as causas com qualquer precisão: existem bilhões de bilhões de coisas pequenas, como borboletas batendo asas em Timbuktu ou cachorros selvagens espirrando na Austrália, que poderiam ter causado o furacão. O processo da borboleta ao furacão é

muito mais simples do que o *processo reverso* do furacão até a borboleta em potencial.

Essa metáfora da borboleta na Teoria do Caos enganou muita gente, encorajando as pessoas a se concentrarem nas pequenas coisas que podem mudar a direção de suas vidas. Ninguém percebe que está lidando com o processo *backward* — existem trilhões dessas pequenas coisas no decorrer de um único dia. Logicamente, examinar todas elas é algo que está além de nosso alcance. Só selecionamos aquelas que justificam nossa narrativa lógica – e descartamos as demais que configurariam outras sequências. Essa postura é contrária à científica, onde devemos buscar os fatos que falseiam nossa hipótese para verificar se ela se sustenta.

Disso Taleb (2008) deduz que “os historiadores deveriam manter distância da Teoria do Caos e das dificuldades da engenharia reversa, exceto para discutir as propriedades gerais do mundo e aprender os limites do que não podem saber”.

Na prática, *a aleatoriedade é informação incompleta*, o que chama de *opacidade*. Dado esse desconhecimento, um sistema *aleatório* verdadeiro não possui propriedades previsíveis. Já um *sistema caótico* possui propriedades inteiramente previsíveis, mas é difícil saber quais são. Pesquisar o caos é uma Tarefa de Sísifo. Nela estamos enredados ou comprometidos de maneira incessante...

Há dois grandes temas a serem tratados na Ciência do Século XXI. O primeiro se refere aos *modos relacionais de pensar sobre o mundo*. O segundo trata da auto-organização e/ou dos *modos darwinistas de pensar sobre o mundo*. A evolução do pensamento (...) sobre a sociedade, caminha em direção da união dessas duas grandes ideias (Costa; Santos, Silva; Almeida, 2015, p. 2).

Qualquer agente em uma sociedade está inserido em uma rede de relacionamentos, onde há contínuos conflitos de interesses, concessões mútuas, cooperação ou colaboração. A hipótese adotada aqui é que, analisando a sociedade brasileira como um Sistema Complexo, entende-se que das interações entre seus componentes, no caso, as castas de natureza ocupacional, emerge um resultado que não pode ser observado no nível de cada qual, mas sim através de seu jogo dinâmico de alianças, golpes e contragolpes.

Poderíamos (re)contar a História do Brasil através do *mono mito universal*, usando a seguinte narrativa ou roteiro:

1. **Era Uma Vez:** a exposição, a trama e os personagens, no caso, as castas presentes no Brasil Colônia seriam apresentadas, destacando o papel de catequese e/ou louvação da dinastia Bragança por parte da casta dos sábios-sacerdotes.

2. **Todos os Dias:** ação crescente (ou complicação), conflitos se anunciam a partir da crescente atuação da casta dos guerreiros no Império Luso-brasileiro.

3. **Até Que Certo Dia:** ponto de ruptura quando conflitos chegam a seu ápice com a Proclamação da República pela casta dos guerreiros-militares, seguida pela restauração do poder efetivo por parte da casta dos aristocratas, proprietários latifundiários e oligarcas regionais na Primeira República.

4. **Por Causa Disso:** ação torna-se oscilante com surgimento e dissolução ou resolução dos conflitos, após o Tenentismo, a Revolução de 1930 e a imposição autoritária de ditaduras militares com o apoio da casta dos mercadores industriais e financistas.

5. **Finalmente:** chega-se à aliança entre a casta dos sábios-intelectuais tecnocratas e a casta dos trabalhadores organizados para a conquista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, a partir da democratização e Constituinte de 1988, contudo, sem a correspondente contrapartida do cumprimento de todos os deveres da cidadania, dando margem para a ameaça de retrocesso e/ou o corte de direitos pelo Golpe de Estado de 2016.

No entanto, pelas razões antes apresentadas, nos abstermos de tal tentativa de reconstituir, de maneira cronológica, uma dependência de trajetória linear até o presente. Também abandonamos o fio condutor marxista da narrativa histórica através da luta binária entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, sob o risco de anacronismo, quando tentaríamos buscar até na colônia portuguesa o inencontrável sujeito revolucionário. Optamos por uma abordagem metodológica multidisciplinar, com análise em diversas escalas, interagindo conhecimentos de Economia Comportamental, Economia Institucionalista, Economia Evolucionária e Economia da Complexidade.

Nessa mistura, o Texto para Discussão será dividido em:

1. **Evolução de Alianças, Golpes e Contragolpes entre Castas Brasileiras:** por exemplo, a recente alternância de poder devido ao conflito

ideológico entre *o social-desenvolvimentismo* (trabalhadores e sábios) e *o neoliberalismo* (mercadores e guerreiros).

2. Sociedade Brasileira como Sistema Complexo: auto-organização sem autoridade e/ou planejamento central, baseada em regras de interações sem possibilidade de dedução precisa de sua dependência de trajetória caótica.

Sem ser sociólogo ou cientista político, mas tendo achado inspiração na leitura do livro *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*, de autoria de Priestland (2014), parece-me que cabe uma revisão da história social e política do Brasil, assim como esse autor inglês fez da História Mundial, à luz do modo que, antigamente, a casta dos sábios brasileiros via a sociedade, ou seja, através da historiografia clássica brasileira. A sociedade nem sempre era vista *a la credo liberal* como um aglomerado de indivíduos atomizados, nem tampouco como as classes econômicas de Marx, segundo as quais as pessoas são categorizadas conforme suas propriedades.

O Poder não deve ser visto, no Brasil, como apropriado por *partidos político-ideológicos*, mas sim por *grupos profissionais*, cada um dos quais gerando seu próprio *ethos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade. Isso permitiria ver os grupos sociais não só como organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica, mas também como encarnações de ideias e estilos de vida, que com frequência procuram impor aos outros.

Muito brevemente, em seguida, tentarei elaborar o início de um esboço do que seria “uma nova história do Poder no Brasil” através do jogo de alianças, ascensão e queda de coalizões governamentais entre representantes das castas dos comerciantes, guerreiros, sábios e trabalhadores. A alternância de poder implica em periódicas predominâncias comportamentais de acordo com os valores impostos por cada casta.

1 Interpretações do Brasil Colonial: Formação das Castas

Como as interpretações clássicas do Brasil Colonial analisaram o emergente poder de clãs e dinastias ou de castas profissionais?

No presente, existe talvez 1/20 da população indígena aqui nativa quando se iniciou a conquista do território a vir chamado Brasil. A taxa de despovoação durante os dois primeiros séculos da colonização foi brutal, dizimando os Tupi-Guarani, devido às guerras, às expedições para captura de escravos e, principalmente, às epidemias e à fome.

Padre Antônio Vieira, um dos encarregados da catequese dos nativos, tornou-se um dos maiores intérpretes do Brasil do século XVII. Era um membro notável da *casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes*. Seu objetivo principal foi promover a integração harmoniosa dos indivíduos, estamentos e ordens do Império português, desde as castas dos aristocratas até os párias – escravos negros e índios catequisados.

Vieira sacraliza a dinastia dos Braganças, adotando a concepção católica da predestinação divina da Monarquia Absolutista, em período (1624-1697) que, na Inglaterra, uma guerra civil a transformava em Monarquia Constitucionalista ou Parlamentarista. Toda obra de Vieira está relacionada às questões éticas, políticas, econômicas, religiosas e jurídicas entre os reis da Casa de Bragança e os dos demais reinos que agitaram, interna e externamente, a sociedade portuguesa no século XVII.

Depois de entrar para a Companhia de Jesus e estudar Direito Civil, André João Antonil chegou no Brasil com 32 anos, em 1680, disposto a avaliar detalhadamente os homens que aqui viviam e as riquezas que o Brasil poderia oferecer a Portugal. Preocupou-se em compreender senhores e escravos, agentes centrais da nossa economia e vida colonial, registrando de todo o processo de produção do açúcar, tabaco, mineração e criação de gado. Defendia práticas econômicas baseadas no mercantilismo, para a organização da economia colonial brasileira, e o aprimoramento da vida religiosa.

Estimou que o complexo do açúcar valia mais do que o dobro de todas as demais riquezas reunidas, o ouro representava pouco mais que $\frac{1}{4}$ dele, o tabaco metade do ouro ($\frac{1}{8}$ do açúcar), e o couro cerca de $\frac{1}{12}$ do açúcar. Outros valores a serem extraídos eram o pau-brasil de Pernambuco, o contrato das baleias, o contrato dos dízimos reais, o contrato dos vinhos, o contrato do sal, o contrato das aguardentes, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos pagos nas alfândegas pelos negros que vinham de Angola, São Tomé e Mina.

Cultura e Opulência do Brasil (1711), obra escrita por Antonil depois de 25 anos de experiência e observação em solo brasileiro, foi em grande parte destruída em cumprimento ao veto e sequestro régio. Este confisco foi realizado para evitar exposição das riquezas da colônia à cobiça de outras Nações, responsáveis por saques constantes na costa brasileira: França, Holanda e Inglaterra não poderiam ter o conhecimento desse potencial extrativo. Antonil, *avant la lettre*, foi “o primeiro economista no Brasil”.

Francisco Adolpho de Varnhagen (paulista de Sorocaba e filho de alemães), contou uma história do Brasil à feição dos interesses imperiais da elite dominante, centralizadora e escravocrata. Só descrevia os fatos oficiais da “descoberta” de 1500 à chegada da “corte joanina” em 1808 ao Brasil, louvando a dinastia de Bragança. Era uma história elitista, laudatória dos “vencedores” da *casta dos aristocratas fundiários*, que desprezava o índio, mal falava do negro, e desconfiava sempre das rebeliões, desqualificando-as.

Capistrano de Abreu (1853-1927), autodidata membro da *casta dos sábios-intelectuais*, deplorava a falta de sensibilidade de Varnhagen em relação à vida social, às diversidades regionais e ao povo. Ele não acatou a ideia circulante que a história do Brasil devia ser escrita elegendo “a fusão das três raças” como problemática central, pois seu livro é acanhado no tratamento do tema da *miscigenação*.

Em 1580, o Reino português uniu-se à monarquia dos Habsburgo madrilenos, devido à crise dinástica desencadeada pela morte em batalha de d. Sebastião, em 1578, dez anos após ter assumido a coroa com 14 anos, não deixando herdeiros. D. Antônio, pretense descendente, morreria em 1595, cessando assim qualquer hipótese de prolongar a dinastia de Avis. Após batalha, começou a dinastia filipina, com Filipe II de Espanha ou I de Portugal. Só 60 anos depois a independência portuguesa seria restaurada por D. João, duque de Bragança, aclamado D. João IV, Rei de Portugal. Iniciou-se a dinastia dos Bragança que, no Brasil, só terminou com a Proclamação da República em 1889.

Capistrano considera o fato de espanhóis terem se entronizado em Portugal, com a metrópole lusitana perdendo autonomia política, favorável ao futuro Brasil, porque foi nesse período que se acelerou a expansão rumo ao interior e ao Amazonas e se deu a eliminação completa das tentativas de invasão francesa. Depois, os portugueses foram os vencedores dos flamengos, que haviam vencido os espanhóis, quando estes eram senhores de Portugal.

As invasões holandesas levaram à dominação de Pernambuco e adjacências pela Companhia das Índias Ocidentais. Destacou-se, nas guerras de resistência e de expulsão, a Insurreição Pernambucana de 1645 a 1654. Os depoimentos da época, porém, são unânimes no tocante à carestia monetária do Brasil holandês: a derrocada deste teve a *causa econômico-financeira* em destaque face à *causa militar*.

Capistrano esmiúça as jornadas de expansão bandeirante a partir de São Vicente, rumo ao Sul ou a Oeste, para o “sertão”, alargando as fronteiras do antigo Tratado de Tordesilhas, e ao Norte, com a ocupação do Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Elegeu a expansão da fronteira como tema-chave da história brasileira.

A tese do livro *Capítulos de História Colonial* (1907) é que havia, na colônia portuguesa nas Américas, o predomínio de forças dissolventes. Três séculos de colonização não alteraram esse quadro, quando não o agravou pelo alargamento das fronteiras territoriais. Não havia nenhuma força de coesão social e manifestações coletivas eram só passageiras. Vida social não havia, pois não havia ainda sociedade brasileira, quanto mais “consciência da Nação” na ausência de um Estado nacional. Não fosse a “comunidade ativa da língua” – o português – e “a comunidade passiva da religião” – a católica – e mal se poderia divisar o que era afinal a América portuguesa. Das interações entre os componentes dessa sociedade colonial, múltipla e diversificada, com seus contrastes e tensões, que emerge o complexo Brasil.

Casa Grande & Senzala (1933) polemiza a respeito da questão racial, do determinismo geográfico e do papel desempenhado pelo patriarcado na configuração da sociedade brasileira. Sociedade brasileira fundamenta-se na articulação de três elementos: o patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas, e o meio-ambiente tropical.

Esses marcos definidores da formação nacional correlacionam-se, de modo que cada um deles encontra sua explicação no cruzamento com os dois outros. Dessa combinação resultam as diferentes teses que fundamentam a explicação da sociedade brasileira. Gilberto Freire fez a recuperação dos usos e costumes do povo, para encontrar neles as raízes culturais e sua relação com os grupos formadores da sociedade brasileira. Diferentemente de outros autores, a diferença entre raça e cultura o orientou, seja quando tratou do tema miscigenação, seja quando se preocupou com o destino do Brasil.

Enquanto para a maioria dos autores anteriores a Freire o caráter do povo brasileiro seria resultante da *mestiçagem*, definindo-se pela tristeza, preguiça, luxúria, ou seja, por heranças das “raças inferiores”, sua tese era que os traços de fraqueza física, a debilidade e a aparente preguiça tinham origem social e cultural e não racial. Explicavam-se pela subnutrição e pela doença, ao contrário do que sugeria o “racismo científico”. Freire ampliou esse debate,

aplicando-o à organização política: construiu sua explicação sobre o *autoritarismo* assentado em razões de caráter cultural e não político.

Reconstruiu as relações entre senhor branco/negra escrava, sinhozinho/moleque, sinhá/mucama, afirmando que eram marcadas por o sadismo dos primeiros e o masoquismo dos segundos. Deveria examinar outras hipóteses alternativas como o *conformismo* ao destino pessoal pregado pela Igreja católica ou a *ordem unida* imposta pela força da casta dos guerreiros. Dariam maior substância cultural e objetividade à sustentação desse discurso da servidão voluntária. Cientistas sociais denunciam a tese da *democracia racial* como mito que funda uma consciência falsa da realidade: a igualdade de oportunidades entre negros e brancos.

Duas forças operavam na sociedade colonial segundo Freire. Do modelo econômico baseado na monocultura latifundiária do açúcar resultava uma dominação patriarcal não apenas sobre a família e os escravos, mas também sobre os agregados e os homens livres. Da escassez de mulheres brancas resultava a possibilidade de “confraternização entre vencedores e vencidos”, gerando-se filhos do senhor com a escrava, operando a miscigenação como corretor da distância social “entre a Casa Grande e a mata tropical”, ou seja, entre a Casa Grande e a Senzala. Em outros termos, as possibilidades de a sociedade brasileira, em sua estrutura, extremar-se entre senhores e escravos teria sido contrariada pelos *efeitos sociais da miscigenação*, agindo esta no sentido de “democratização social” no Brasil.

Tratava-se de um sistema de contemporização entre tendência aparentemente conflitantes: o colonizador tentando impor as formas europeias à vida nacional, e o colonizado atuando como adaptador dessas formas ao meio ambiente natural. *Casa Grande* é o símbolo da dominação; *Senzala* representa a subordinação ou submissão; o & entre as duas palavras é símbolo da interpenetração. Mostra “a dinâmica democratizante como corretivo à estabelecida hierarquia”.

2 Interpretações do Brasil Imperial: Disputa de Poder por Clãs, Dinastias e Castas

Com a descoberta de ouro e diamante no final do século XVII, a população da colônia portuguesa nas Américas, estimada então em 300.000 habitantes, saltou para mais de 3 milhões por volta de 1800. Quase 2 milhões de negros cativos foram importados para trabalhar nas minas e lavouras do

Brasil durante o século XVIII: uma das maiores migrações forçadas de pessoas em toda a história da (des)humanidade. De cada três habitantes, era escravo um. A população indígena era estimada em 800.000 nativos.

Minas Gerais era a província mais populosa com pouco mais de 600.000 habitantes. Em seguida, vinha a Capitania do Rio com meio milhão. Bahia e Pernambuco ocupavam, respectivamente, o terceiro e quarto lugares. Estima-se que a cidade do Rio de Janeiro (sede do governo da colônia desde 1763), antes da chegada da Corte portuguesa, possuía apenas 60.000 habitantes, embora fosse o maior entreposto do comércio de escravos das Américas. No auge de sua prosperidade, Vila Rica, atual Ouro Preto, chegou a ser a maior cidade do Brasil com 100.000 habitantes. Tijuco, atual Diamantina, tinha 40.000 na época da Chica da Silva.

O mapa do Brasil já era muito semelhante ao atual, com exceção do Acre, que seria comprado da Bolívia em 1903. A Província Cisplatina seria anexada ao Brasil em 1817, mas declararia sua Independência onze anos depois (em 1828), tornando-se o atual Uruguai. Pelo Tratado de Madri tanto a Espanha quanto Portugal reconheciam ter violado o Tratado de Tordesilhas na América e concordavam que, a partir de então, os limites deste tratado se sobreporiam aos limites anteriores. Com a União Ibérica (1580-1640), embora os respectivos domínios ultramarinos continuassem separados formalmente, é certo que tanto espanhóis entravam sem grandes problemas em territórios portugueses, quanto lusitanos entravam em terras espanholas, estabelecendo-se e com isso obtendo títulos de propriedade que seriam respeitados pela diplomacia posterior.

As negociações basearam-se no chamado Mapa das Cortes, privilegiando a utilização de rios e montanhas para demarcação dos limites. O diploma consagrou o princípio do direito privado romano do *uti possidetis, ita possideatis*: quem possui de fato, deve possuir de direito. Este é o conceito de ocupação efetiva de território, delineando os contornos aproximados do Brasil de hoje.

A invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, em 1807, provocou a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). Embora as tropas de Napoleão tenham sido vencidas com o auxílio de tropas britânicas, Portugal viu-se sem corte no país e na condição de protetorado.

Sua *casta de mercadores* sentiu o impacto da assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Na prática, significou o fim do chamado “pacto colonial”. Posteriormente, os Tratados de 1810 garantiram

privilégios alfandegários aos produtos britânicos nas alfândegas portuguesas. O comércio de cidades como o Porto e Lisboa entrou em profunda crise.

O controle britânico das forças militares também acarretava revolta entre a oficialidade do Exército Português. A *casta dos guerreiros* buscava autonomia.

Libertado Portugal da ocupação das tropas francesas, e após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte em 1815, formou-se em Lisboa o Supremo Conselho Regenerador de Portugal e do Algarve, integrado por oficiais do Exército e Maçons, com o objetivo de expulsar os britânicos do controle militar de Portugal. A repressão da Regência e de Lord Beresford, comandante em chefe britânico do Exército português e regente de fato do reino de Portugal, levou a protestos e intensificou o sentimento anti-britânico no país.

O movimento articulado no Porto pelo Sinédrio – associação secreta com caráter maçônico e ideologia liberal – eclodiu no dia 24 de agosto de 1820. Contou com o apoio de quase todas as camadas sociais: *as castas dos mercadores (Burguesia)*, *sábios-sacerdotes (Clero)*, *aristocratas governantes (Nobreza)*, *guerreiros (Exército português)* e *os párias (população em geral)*. Entre as suas reivindicações, exigiu a convocação das Cortes para elaborar uma Constituição para o país, defendendo a autoridade régia e os direitos dos portugueses; o imediato retorno da Corte para Portugal, visto como forma de restaurar a antiga Metrópole, deslocada para o Brasil; e a restauração da exclusividade de comércio com o Brasil, isto é, a reinstalação do Pacto Colonial.

Em 1821, a Corte retornou a Portugal, com a exceção de D. Pedro de Alcântara, que permaneceu no Brasil na condição de Príncipe Regente para defender o território que via como propriedade da dinastia Bragança. Diante do progressivo aumento da pressão das Cortes para a recolonização do Brasil, este país proclamou a sua independência em 7 de setembro de 1822.

Durante o Processo de Independência, um membro da casta dos sábios-iluministas, José Bonifácio de Andrada e Silva, teve papel decisivo junto a Pedro I, instando-o em 1822 a desobedecer às ordens do órgão legislativo português. Este impunha a troca da Monarquia Absolutista pela Constitucionalista, ao transferir a sede do governo brasileiro para Lisboa, anular as ações de d. Pedro que visavam a constituir um governo autônomo no Brasil e só lhe conceder a autoridade de mero representante do Parlamento.

Após 1822, como ministro (sábio-tecnocrata), José Bonifácio arquitetou a política interna e externa, esboçando em menos de dois anos decisivos o Projeto do Novo Estado Nacional. Após a separação entre Brasil e Portugal, em curto prazo, tinha de enfrentar as guerras da Independência, a crise econômica, a necessidade de reconhecimento do Império no plano diplomático internacional e a divisão entre os partidários de D. Pedro I e aqueles que apoiam as Cortes de Lisboa. Além disso, tinha que elaborar, também, por meio da Assembleia Constituinte, uma primeira Constituição, enfrentando os conflitos entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo; implantar uma política econômica; traçar a estratégia de inserção internacional; criar um sistema educacional; etc.

Para fazer frente a tais desafios, os meios eram escassos no final de 1822, pois o imperador tinha domínio militar de apenas três províncias (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), sua esquadra de guerra era obsoleta, o Tesouro foi esvaziado para o retorno de D. João VI a Portugal, e não se verificava quase nenhum apoio externo.

O comércio, a principal atividade econômica da época, continuava nas mãos da *casta de mercadores* portugueses. No entanto, para alguns membros brasileiros dessa casta, buscar a Independência era justamente adquirir domínio sobre o comércio, o que evidentemente gerava ferrenha disputa, a ser administrada pelo Imperador. Os movimentos de “mata marinheiro” hostilizavam os comerciantes nascidos em Portugal, controladores da distribuição de gêneros importados nas principais cidades do Brasil.

Além disso, havia descontentamento entre os radicais nacionalistas com a fórmula de governo adotada sob o comando do herdeiro do trono português. Esses radicais, muitos deles membros da maçonaria, que apoiavam a Independência, oscilavam entre apoiar o governo e atacá-lo, sobretudo quando ele tomava medidas autoritárias.

José Bonifácio, já membro da *casta dos sábios-tecnocratas*, se desentendeu logo com D. Pedro, representante maior da *casta dos aristocratas governantes*, e trombou com os interesses da *casta dos traficantes de escravos*, os homens mais ricos da época. Isto porque, como deputado à Assembleia Geral Constituinte, propôs dois projetos para construção de uma nova Nação: um sobre a integração dos índios na sociedade brasileira e outro sobre a emancipação gradual dos escravos até a abolição da escravatura.

Em 12 de novembro de 1823, por discordar do projeto de Constituição, D. Pedro I fechou a Constituinte e mudou por completo o quadro do poder no Brasil: só o imperador mandaria. Com o golpe, D. Pedro I nomeou um Conselho de Estado, para ajudá-lo na tarefa de dirigir uma Monarquia Absolutista, cuja primeira tarefa era redigir um projeto de Constituição em pouco mais de um mês. Foi adotada em 20 de dezembro de 1823.

Seus membros só modificaram o projeto em discussão na Assembleia, acrescentando partes de interesse do monarca que haviam sido rejeitadas. A mais importante criava o Poder Moderador, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, privativo do monarca. Além disso, ele não podia ser responsabilizado por suas decisões. Por esse Poder, o rei podia nomear senadores, convocar eleições e dissolver o Parlamento, indicar e remover juízes, além de chefiar o Poder Executivo. Com isto, concentrou os poderes de uma maneira sem paralelo em nenhuma Monarquia Constitucional.

José Bonifácio foi preso, aviltado e exilado para a França em 1824. Vigiado pela polícia francesa, só retornou em 1829.

Ocorreu, em 1830, na França, uma revolta liberal que depôs o rei Carlos X. Influenciou os países ocidentais com as ideias liberais. Procurando minimizar os ânimos liberais, inflados com o assassinato do jornalista Líbero Badaró em São Paulo por aliados do Imperador e a hostilização do povo mineiro a ele, durante uma visita, os portugueses no Rio de Janeiro realizaram uma manifestação com luminárias em apoio a D. Pedro I. Entraram em conflito com os nacionalistas revoltosos. Estes os atacaram com pedras e garrafas, na denominada “Noite das Garrafadas”.

A inabilidade de Dom Pedro I ficou patente ao reagir substituindo um Ministério moderado por um absolutista. O Imperador, sendo comunicado da exigência popular de volta da equipe anterior, respondeu: “*Tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo*”. Demonstrou a arrogância da aristocracia paternalista: concede a benção só sem pressão...

As tropas da *casta dos guerreiros* aderiram ao movimento nacionalista, deixando o monarca sem o apoio das armas. Forçado a abdicar em 1831, Pedro I indicou José Bonifácio como tutor de Pedro II, então com cinco anos. Porém, no ano seguinte, foi destituído da tutoria por força do ministro da Justiça, o padre Diogo Antônio Feijó, que o acusou de tentativa de levante armado no Rio de Janeiro em 1831. Depois de afastado definitivamente da tutoria, em 1833, José Bonifácio retirou-se para Niterói “na condição de preso por conspiração e

perturbação da ordem pública”. Em 1835, julgado à revelia, foi absolvido, mas morreu três anos depois.

O Patriarca da Independência tinha elaborado um projeto inspirador sobre a abolição do tráfico negreiro e da escravidão, a integração dos índios e a inserção diplomática da Nação. Na América Latina, na mesma época da Independência do Brasil, ocorreram as formações de diversas novas nações independentes da Espanha a partir de autonomias provinciais e guerras civis em conjunto com o processo de descolonização.

Em contrapartida, o nascimento do Brasil ocorreria sob a preeminência inglesa, com a permanência da dinastia dos Braganças, que, fugindo das tropas de Napoleão, atravessaram o Atlântico escoltados pela armada britânica. A *casta dos aristocratas governantes* portugueses emigrou para a ex-colônia, trazendo consigo boa parte de recursos e quadros administrativos. O Brasil foi a única colônia americana a sediar uma Corte monárquica, sendo transformado em Reino Unido com Portugal em 16/12/1815. Passou a contar com um Exército imperial que, inclusive, derrotou as revoltas nativistas.

Para se construir no Atlântico Sul um novo país e formar uma Nação, Bonifácio, influenciado pelos *founding-fathers* norte-americanos, tinha noção do requisito de ter um Povo e uma identidade nacional – a mulata – com certa homogeneidade étnica e cultural. Uma Nação necessita de auto explicação, ou seja, uma identidade para coesão ideológica de um Povo em um Território sob um Estado nacional. Porém, em vez de defender a emancipação livre do povo, o projeto se ressentia ainda do racismo hegemônico.

Enquanto as obras da *casta de sábios-pregadores* (Padre Vieira e André João Antonil) e de *sábios-tecnocratas* (José Bonifácio de Andrada e Silva) eram servis à *casta dos aristocratas e suas dinastias*, o livro *Autobiografia (ou Exposição aos Credores)* do Barão de Mauá, escrito em quinze dias de 1878, representava o choque de interesses entre um membro da *casta de comerciantes-industriais* (Irineu Evangelista de Souza, ou Barão/Visconde de Mauá) e membros da *casta de aristocratas proprietários de terra e governantes*. Na verdade, assumia o papel público de empresário quebrado, que culpa o governo (estabelece-se então uma longa tradição), pois o debate de ideias desempenhava um papel muito secundário em suas prioridades de empresário.

Depois de uma viagem à Inglaterra, Irineu decidiu replicar no Brasil o que viu na Revolução Industrial, inovando aqui também com inúmeros

empreendimentos de caráter industrial e financeiro. Com 30 anos, ele já se colocava entre os homens mais ricos do país na época.

A produção e exportação de café fez surgir uma nova elite na sociedade brasileira, os Barões do Café, cujos ideais eram opostos aos de Irineu. Eles não apoiavam o desenvolvimento via industrialização, iniciada por este, porque tal modelo capitalista e industrial era incompatível com o escravismo. Somente após a Lei Áurea, em 1888, quando a extinção da escravidão levou à adoção da mão-de-obra assalariada, possibilitando o surgimento de um mercado consumidor mais amplo a ser atendido por investimentos nas atividades industriais, tal conflito de interesses foi sendo amenizado.

Antes, no país, a riqueza era dada por posse de terras e escravos. Irineu ficou rico sem investir em terras e detestando a escravidão. Era liberal e se chocava com o conservadorismo, criticando a política econômica ditada pela postura conservadora.

Para os outros ricos da *casta dos aristocratas fundiários*, ou seja, fazendeiros e seus parasitas no II Reinado – “os comissários do café” – a fortuna de Irineu era “injusta”, porque era fruto de cálculos que eles não conheciam por parte de “pessoa pouco qualificada socialmente”, isto é, não pertencente a um clã ou uma dinastia tradicional. Abominavam a impessoalidade pressuposta do capitalismo que colocava em questão a “ordem natural” da escravidão e a vocação agrária do país ao condenar quem vivia do trabalho alheio escravizado.

A modernidade seria explorar o tempo de trabalho assalariado empregado além do necessário para a própria reprodução da força do trabalho. Para extração dessa mais-valia seriam necessários empreendimentos industriais para os quais a *casta de aristocratas* não tinha particulares iniciativas como a *casta dos mercadores*.

Joaquim Nabuco (1849-1910), no livro “*Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo – sua vida, suas opiniões, sua época*”, em três volumes, publicados entre 1897 e 1899, destacou as laboriosas negociações diplomáticas, econômicas, políticas e policiais precedendo a supressão do tráfico negreiro clandestino em 1850. Esta foi a questão mais perigosa enfrentada pelo Império brasileiro, colocando os fazendeiros e traficantes negreiros, de um lado, e o governo britânico, de outro. Considerado pelo Direito Internacional um ato de pirataria, o tráfico negreiro brasileiro estava à beira de provocar um conflito armado com a Inglaterra, inclusive levou à ruptura de relações diplomáticas

entre a Inglaterra e o Brasil (1863-1865), quando houve a extinção da escravidão nos Estados Unidos ao fim de sua Guerra Civil (1861-1865).

Nabuco obscureceu o entendimento da dimensão mais ampla – extraparlamentar – dos problemas engendrados pelo escravismo, desde a Independência, para manter a coerência de sua tese central: *a política brasileira é a política dos discursos oficiais*, isto é, *a política das elites que operam no Parlamento*. Lá no Império monárquico como cá na República presidencialista, as dinastias parlamentares brasileiras “se acham” de maior importância por causa de seus conchavos fisiológicos, tipo “toma-lá-dá-cá”, do que por atender ao clamor das ruas!

Eduardo Prado, no livro *A Ilusão Americana*, publicado em 1893, se coloca na linha de frente da *casta dos aristocratas monarquistas* que combateram a República instalada pela força das armas da *casta dos guerreiros militares* em 1889. Nascido em 1860, de um clã favorecido pela expansão da lavoura do café no interior paulista, no final do século XIX, ele saiu em defesa da Monarquia, considerando-a a forma de governo capaz de oferecer estabilidade às sociedades.

Argumentou que, na abolição da escravidão, os Estados Unidos adotaram a solução da *casta guerreira e republicana*, ou seja, pela violência, pela força, pela guerra entre irmãos, ao passo que o Brasil adotou a solução pacífica e monárquica da *casta dos aristocratas*. Achava que foi a abolição da escravidão, feita pela princesa Isabel, que retirou apoio ao trono. Porém, não diz que, com esse “jeitinho brasileiro”, ela foi longamente protelada a custo de maior sacrifício humano.

Para ele, todas as grandes reformas sociais se realizaram sob governos monárquicos. Somente as Monarquias seriam capazes de adiar e evitar “a grande crise do proletariado”, porque as dinastias saberiam que com ela seus tronos desapareceriam. Em uma etapa da história brasileira em que a representação da *casta dos trabalhadores* ainda não tinha surgido na cena política, o argumento aristocrata era anacrônico ou populista *avant la lettre*...

O autor de *Os Sertões* (publicado em 1901), Euclides da Cunha, testemunhou de corpo presente a Guerra dos Canudos, desencadeada no sertão da Bahia em 1896-1897, interpretada como uma das revoltas que, supostamente, resistiam à mudança de regime governamental. Ele pertencia à casta dos guerreiros por sua formação na Escola Militar.

Antes da chegada da corte portuguesa à sua colônia nas Américas e criação dessa Escola, o oficialato era obrigatoriamente formado no exterior, sobretudo em Portugal. Historicamente, tal como ocorreu nos Estados Unidos, o objetivo da Escola Militar era qualificar o oficialato e os preparar como engenheiros para os serviços públicos civis, como a construção de estradas, portos e pontes.

Foi um modelo instaurado pela Revolução Francesa e que se espalhou mundialmente com a ideia de formar quadros técnicos capacitados por altos estudos como alternativa ao recrutamento de quadros dirigentes apenas na *casta dos aristocratas governantes e proprietários fundiários*. O caráter inovador da Escola Militar, valorizando as ciências e a tecnologia, em detrimento do prestígio na época conferido aos estudos clássicos ou retórica, gerou entre os alunos um comportamento vanguardista e uma atitude contestatária, instigando a consciência da cidadania e a militância política inclusive entre os colonizados culturalmente. Os estudantes da Escola Militar estavam empenhados na meta de implantação do Regime Republicano e abolição da escravatura no País.

Os estudantes, candidatos a sábios, assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes do “degenerado” Antônio Conselheiro. Os deputados e senadores demagógicos se aliaram contra eles, inclusive o campeão do liberalismo, o jurista Rui Barbosa, dizendo como é praxe na retórica parlamentar que “eles não passavam de um caso de polícia”, a qual deveria bastar para eliminá-los, aliás, como sempre faz contra párias.

Depois do massacre de Canudos, a conduta do exército, em especial sua prática de degolar em público os prisioneiros amarrados, foi criticada na surdina. Em consequência, a reputação da casta dos guerreiros foi poluída. Ela se vangloriava de forçar a extinção da escravidão e substituir a Monarquia pela República, fornecendo os dois primeiros presidentes-ditadores. Após a revelação de suas atrocidades, inclusive a venda de crianças sobreviventes, sua imagem pública nunca foi reparada de modo tal como era após a vitória na Guerra do Paraguai, ocorrida entre 27 de dezembro de 1864 e 8 de abril de 1870.

3 Interpretações do Brasil da Primeira República: Restauração da Casta dos Aristocratas Fundiários Governantes

O autor de *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, Paulo da Silva Prado, era um “bem-nascido” em tradicional família de grandes cafeicultores, mas se

tornou membro da casta dos sábios-intelectuais. Insurge-se contra a visão que apresentava o Brasil como um paraíso de riquezas e bondades inesgotáveis, quase sem “vícios”, ocupado por um povo pacato e trabalhador, totalmente dedicado a construir uma pátria predestinada a ser perfeita – uma configuração quase épica a la “*por que me ufano do meu País*”, título de livro publicado por Afonso Celso em 1900.

Paulo Prado desejava entender e sobretudo expor para o grande público os entraves e dilemas que praticamente condenavam o País a uma situação que parecia não se distanciar muito da que havia predominado na antiga colônia portuguesa. Incomodava-o que os brasileiros não percebessem o lado problemático da sua formação histórica associado ao passado colonial e à escravidão e banalizassem romanticamente as dificuldades que lhe travavam o progresso.

O Brasil, no fim da década dos 20, era um país em busca de sua identidade nacional. Enfrentava o cenário composto pela decadência irreversível da velha aliança entre a casta de mercadores e a casta dos aristocratas governantes, na maior parte proprietária fundiária, que fizera a Proclamação da República, mas já estava desgastada pelo “jogo de cartas marcadas” da “aliança café-com-leite” face à dissidência tenentista.

O passado colonial ainda impunha uma dependência de trajetória contra a qual se insurgiam sinais de contestação e movimentação rebelde. Por exemplo, em 1922, no ano comemorativo do centenário da Independência, houve a Semana de Arte Moderna, realizada pela *casta dos sábios criativos*, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela *casta dos trabalhadores* e o movimento tenentista pela *casta dos guerreiros*.

O Brasil retratado pelo livro de Paulo Prado era essencialmente o País que não se devia mais aceitar: atrasado, carregado de vícios e deformações, com um povo conformista e uma elite mesquinha, despreparada. Ambos não se dedicavam a construir a Nação moderna que se vislumbrava como possibilidade. A população em crescimento permanecia concentrada no litoral. O sertão (ou interior) prosseguia desconhecido, vazio, entregue às mesmas taras de sempre: credices, fanatismo, messianismo, paludismo, cachaça, sífilis, amarelão e indolência desanimada tal como no colonato português.

Tal como no tempo das bandeiras, tudo se deixava por conta da iniciativa privada. O poder público era apenas uma extensão da apropriação particular. Os negócios públicos sem direção tendiam a ser travados. Nada

funcionava a contento, como eram os casos da polícia discriminadora contra negros, das curtas estradas de ferro, da agropecuária extensiva, do Exército, da Marinha e da Justiça sem controle dos arbítrios e com abusos do Poder.

O diagnóstico não poupava a rusticidade intelectual do País: o analfabetismo atingia quase 100% da população pobre. Era a contrapartida do bacharelismo romântico dos semiletrados, cuja cultura intelectual eles não dispunham. Estes pseudos intelectuais tinham apenas gosto para o palavreado e as frases carregadas de lugar-comum. Padeciam já do vício da imitação, isto é, da macaqueação de maneirismos estrangeiros.

Da dependência de trajetória do passado, “quando a história importa”, restou a consolidação da unidade nacional, imposta pela força do Exército imperial contra dissidências nativistas, a tardia abolição da escravidão, e uma inesgotável facilidade parlamentar para produzir leis inócuas.

O País se perdia não por alguma “maldição da colonização portuguesa” com “má qualidade racial” ou por alguma fraqueza congênita do caráter nacional, mas sim por uma combinação de processos e acidentes históricos identificáveis, hoje denominados inesperados “cisnes negros”. Dentro dos quais, avultava a falta de uma elite arrojada, dedicada a pensar a experiência nacional, projetá-la no tempo e no espaço, e direcioná-la de acordo com as necessidades e as virtudes do povo.

A elite socioeconômica e intelectual da casta dos aristocratas governantes era mesquinha, voltada para si, sem grandeza ou competência particular. Não se dispunha a exercer a dominação política e nem mesmo a moldar a sociedade a seus valores, assumindo a tarefa de impulsionar e coordenar o desenvolvimento econômico e social.

Raízes do Brasil, livro de autoria de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), foi publicado em 1936. Sua questão central é entender o processo de transição sociopolítica vivido pela sociedade brasileira nos anos 1930 e depois, na década de 40, quando o livro foi bastante modificado. Examina as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, pois elas ainda oprimem o cérebro dos vivos.

Raízes do Brasil não reconstrói a história da sociedade brasileira, mas sim examina formas de sociabilidade, já que seu objeto é reconstruir os fragmentos das formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas que ainda faziam parte da identidade nacional, porém

em via de ser superada. Não é um livro de História, mas ele usa a matéria legada pela história para identificar as amarras que bloqueavam naquele presente o nascimento de um futuro melhor.

Foi na Península Ibérica que Sérgio Buarque encontrou o pilar central desta identidade em construção: lá predominava a cultura da personalidade, a valorização extremada da pessoa, de sua autonomia em relação a seus semelhantes. Para os ibéricos, o índice de valor de um Homem podia ser inferido da extensão em que não dependia dos demais. O sentimento da dignidade própria a cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como ética de fidalgos, isto é, filhos de algo/alguém de uma família/clã pertencente a uma dinastia. A burguesia mercantil ascendente, em vez de contrapor-se a ela, assimilou-a, porém, em Portugal, podia haver fidalgos em todas as ocupações ou castas.

Importava menos o nome herdado que o prestígio pessoal, relacionado com “a abundância dos bens de fortuna, os altos feitos e as altas virtudes”. Só lhes eram recusadas as honras enquanto vivessem de trabalho manual, algo malvisto pelos nobres, já que este era atribuído a servos ou escravos. O *personalismo ibérico*, fazendo a apologia da autonomia da pessoa, concebia a ação manual sobre as coisas como aceitação de uma lei estranha ao indivíduo nobre, que aviltaria e prejudicaria a própria dignidade.

A aliança entre a *casta dos mercadores* e a *casta da aristocracia governante* prosperou porque ambas desejavam iniciar uma expansão marítima que assegurasse a Portugal o controle de portos comerciais lucrativos. A expansão traria maiores lucros para a primeira e mais impostos para a segunda.

O *personalismo* é um individualismo aristocrático. As tendências anárquicas inerentes à exaltação da personalidade e às dificuldades de gestão de formas livremente pactuadas de organização social convertem os governos no único princípio organizador das sociedades ibéricas. A estabilidade política assim imposta só poderá surgir de uma alternativa à renúncia da personalidade e à autonomia da pessoa, tendo em vista um bem maior: conduz à obediência cega, seja às ditaduras, seja à Inquisição do Santo Ofício ou mesmo a uma potência externa aliada como a Inglaterra.

Sérgio Buarque de Holanda atribui boa parte do sucesso português às suas particulares inclinações de conduta ou às “determinantes psicológicas” do seu movimento de expansão colonial. Sua singularidade histórica é demarcada através da construção de dois tipos sociais contrapostos. O *aventureiro* ignora

as fronteiras, vive dos espaços ilimitados, mas quer suprimir o tempo, sua paixão é o resultado imediato. O *trabalhador*, ao invés, persiste em seu esforço mesmo quando o resultado custa a ser atingido, sua percepção de espaço é restrita. Na época da conquista e colonização do Novo Mundo, o *trabalhador* teria tido um papel muito pequeno, ao contrário do *aventureiro*.

Foi este espírito de aventura que orientou a colonização, estimulando os portugueses a se adaptarem às circunstâncias, copiarem o que já estava feito, ou adotarem as rotinas comprovadas em etnias dos outros povos, indígenas e/ou africanos. A colonização tendeu a ser perdulária em relação aos meios de que dispunha. A ninguém ocorria recuperar solos gastos, a regra era os lavradores buscarem novas terras, mato adentro. De hábito, a sequência da conquista territorial é: desmatamento-pecuária extensiva-plantação.

A mesma transitoriedade e o mesmo amor ao ganho fácil dominavam também os ofícios urbanos. Poucos indivíduos se dedicavam durante a vida inteira a uma só atividade sem se deixar atrair por outro negócio aparentemente mais lucrativo.

A ausência de “orgulho de raça” entre os portugueses, resultante em grande parte da *mestiçagem* ocorrida no próprio reino com os mouros, teria facilitado a assimilação dos dominado, “agindo como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças”. Parece-me que de *raças*, sim; de *castas*, não. Estas são de natureza ocupacional.

O sucesso da colonização dos portugueses deveu-se, então, à sua ética aventureira, a algumas características culturais, como falta de orgulho de “raça”, catolicismo, etc., e à facilidade de adaptação aos meios materiais e humanos que as condições naturais e históricas lhes ofereceram.

A família patriarcal foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira herdada dos colonizadores portugueses se aclimatou entre nós e acabou por imprimir sua marca na sociedade como um todo. Na ausência de uma burguesia urbano-industrial independente, as principais ocupações citadinas acabaram sendo preenchidas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes. Eles acabaram por transpor para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais. A *mentalidade da Casa Grande* teria invadido, assim, as cidades e conquistado todas as ocupações.

O indivíduo criado em um ambiente dominado pelo *patriarcalismo* dificilmente conseguirá distinguir entre o domínio privado e o domínio público. No Brasil, quase sempre predominou, tanto na administração pública como em outras áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica: *esta é a esfera dos laços afetivos e de parentesco*. A conformação da vida societária em geral pelo molde derivado da vida rural e patriarcal produz no plano psicossocial aquilo que seria “a contribuição brasileira para a civilização”: *a cordialidade*. Esta levou à ausência de impessoalidade no trato dos direitos e deveres da cidadania.

O *personalismo*, que levou à dificuldade de gerar e manter formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e ao estigma dos trabalhos manuais, favoreceram o predomínio na sociedade colonial das relações pessoais, marcadas pelo afetivo e o emotivo não racional. Retardou o surgimento de formas de organização social mais amplas do que as baseadas em vínculos familiares, como as corporações urbanas de ofícios ou o sindicalismo da casta dos trabalhadores. A urbanização minorou, mas não eliminou o *familismo cordial*.

Segundo Caio Prado Júnior, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, o processo de colonização permitiu que se esboçasse uma nacionalidade que foi aos poucos se distanciando de seu modelo europeu. Foi algo relativamente novo em termos de sociedade, mentalidade e cultura, pois, além daquela especificidade de transferência de uma Corte da Metrópole para a Colônia, foi movida também por elementos geográficos, econômicos, sociais e políticos dos quais emergiram um sistema complexo e original.

Daí apresenta sua tese principal: o fato de ser algo novo não logrou, todavia, gerar uma autonomia e dinâmica próprias, capazes, depois da Independência política, de construir uma Nação com menos desigualdade, injustiça e mais desenvolvimento e soberania.

O sistema capitalista imposto do exterior condicionou os agentes econômicos, grupos e classes sociais a uma subalternidade que comprometeu todo o processo a ponto de, no momento decisivo, mostrar-se ainda longe dessas correções de rumo. Continuou prevalecendo uma ordem social colonial.

Se essa ordem era impositiva e tinha origem externa, para corresponder a ela engendrou-se, internamente, mas com o consentimento e o concurso dos centros externos de decisões, uma solução que comprometia, definitivamente,

o futuro da Nação brasileira: a escravidão deixou um legado problemático até os dias da República contemporânea. Esta é a tese central do livro sobre *o sentido da colonização*.

Caio Prado demonstra seu viés marxista de mostrar uma história desgraçada seguida da possibilidade de uma ruptura determinante de um devir otimista. Serão revolucionárias essas contradições? A *casta dos aristocratas latifundiários* se transforma em *casta dos aristocratas governantes* sob os auspícios da *casta dos comerciantes-industriais-financistas*.

A conciliação sociocultural entre etnias representa conflitos de interesses socioeconômicos amortizados pelo mito da “democracia racial”, onde cada qual sabe que é “o seu lugar”. Caio Prado insiste na conclusão de que pretos boçais e índios apáticos só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. A massa de população livre fica comprimida entre senhores e escravos, composta pelos desclassificados de toda ordem, no seu entender o grande ônus da sociedade colonial. Nela, não se vislumbra nenhum germe para nascimento de um *sujeito revolucionário* sob a forma de uma classe operária organizada.

Todas as demais instituições, além do clã da família patriarcal e da Igreja, as duas vigas em que se fundamenta o grande domínio da sociedade colonial organizada, estarão sujeitas a gravitar em termos de poder, riqueza e autonomia à volta do domínio patriarcal. Na colônia, a cidade não era senão “um apêndice rural”.

No livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949, de autoria de Vítor Nunes Leal, o coronel entrou na análise por ser componente do sistema, mas o que mais preocupava o autor era a visão sistêmica, a estrutura e a maneira pela qual as relações de poder se desenvolvem a partir do município. Na Primeira República, a figura do senhor absoluto já desaparecera por completo.

A tese central do livro é a contestação do lugar-comum que afirmava que a hipertrofia do papel político-eleitoral dos proprietários rurais – o chamado “coronelismo” – seria a decorrência lógica da pujança econômica e social do latifúndio, que se sobrepunha ao próprio poder público. Contra essa impressão, Vítor Nunes propõe o paradoxo:

1. a dilatação do papel político-eleitoral do latifúndio não é consequência de sua força, mas de sua fraqueza;

2. não decorre de sua ascensão, mas de sua decadência; e
3. não reflete o debilitamento, mas, ao contrário, o progressivo fortalecimento do poder público em relação ao poder privado outrora incontestável dos grandes senhores rurais.

Essa dilatação ou hipertrofia ocorreu porque, com o advento da República, o Brasil superpôs um regime eleitoral-representativo de base muito mais ampla que o do Império a uma estrutura social ainda arcaica, na qual o latifúndio, embora decadente, detinha um poder residual importante.

Com essa mudança político-constitucional, e também porque, naquela época, a grande maioria do pequeno eleitorado brasileiro se achava concentrada em pequenos municípios rurais, os proprietários da terra subitamente ganharam uma nova moeda de troca: a possibilidade de mobilizar e controlar o voto de cidadãos pobres e despolitizados. Com isso, passaram a se interessar pela atividade política municipal, controlando, na prática, a vida política dos municípios. Por aí foram impondo às autoridades estaduais e até federais um padrão de relacionamento conforme aos seus interesses.

Sua tese básica a respeito do “coronelismo” é que não se trata de uma afirmação anormal do poder privado, mas sim o que ele pressupõe é, ao contrário, a decadência do poder privado. Embora esvanecendo-se, o “coronelismo” conserva parte de sua antiga pujança, em caráter residual, sob a forma da já referida relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

A efetiva decomposição do coronelismo veio a acontecer não pela reforma agrária, como em outros países, mas sobretudo como decorrência da industrialização e urbanização, acelerando a migração campo-cidade com a mecanização do campo pelo moderno agronegócio de exportação. Isto ocorre mais no Sul-Sudeste-Centro-Oeste, cindindo o país em agricultura moderna nessas regiões e em agricultura arcaica no Norte-Nordeste. Estas regiões ainda se mantêm como fornecedoras de “coronéis” e clãs dinásticos que sustentam a mescla Presidencialismo-Parlamentarismo de ocasião, para dar golpe na democracia eleitoral em aliança com clãs urbanos-industriais-midiáticos do Sudeste.

José Francisco de Oliveira Viana (1883-1951), filho de fazendeiros prósperos, era pertencente à *casta de sábios-intelectuais*, tendo atuado também como *sábio-tecnocrata*. Seu livro *Instituições Políticas Brasileiras*, embora publicado em 1949, inclui-se no movimento de ideias antiliberais que varreu o

Ocidente nas décadas de 1920 e 1930. No Brasil, se condensou na crítica às instituições e práticas políticas da Primeira República (1889-1930). Esse debate não era alheio ao assédio à democracia liberal movido pelas ideologias (e movimentos) socialistas ou fascistas, em ascensão na Europa.

É um grande ensaio sobre os fundamentos históricos e sociais da política brasileira. Seu tema central é o desencontro de regras que tratam de organizar a vida política, cristalizadas nos princípios liberais das Constituições brasileiras, desde 1824, e os comportamentos efetivos, moldados pela cultura política de uma sociedade ainda tradicional. Trata, então, da enorme distância que separa o *país legal* do *país real*. O primeiro é o *país das elites cosmopolitas e metropolitanas*, entre as quais se destacam os juristas liberais. O segundo é a *terra do povo-massa*, predominantemente rural, com suas normas, comportamentos e tradições próprios – e ignorados pelas elites.

O fio-condutor da argumentação de Oliveira Viana é essa oposição entre o país idealizado na Constituição e o Brasil profundo. Pedro I entregou o trabalho a dez cidadãos de sua confiança e, em 24 de março de 1824, a Coroa promulgou a Constituição do Império do Brasil. No entanto, a Constituição de 1937 foi preparada por uma única pessoa, o ministro da Justiça Francisco Campos, cujo norte ideológico era a Itália de Benito Mussolini. A Carta de 1967 foi obra de apenas quatro constituintes. A de 1988, chamada de “cidadã”, bateu o recorde no sentido oposto: 558 deputados e senadores.

Nada aqui houve que pudesse engendrar instituições de autogestão, práticas de cooperação ou alguma noção de bem público. Enformou um tipo humano adequado a essa disposição dispersiva, individualista e atomística. Criou o *Homo Colonialis*, amante da solidão e do deserto demográfico, rústico e anti-urbano, tal como o paulista do bandeirismo: conquistador, desbravador, aventureiro, voltado para si e seu clã, escravizador sem altruísmo.

O legado de três séculos de colonização foi, assim uma sociedade dispersa em herdades rurais, pouco coesa e fortemente hierarquizada; e uma cultura política privatista, particularista, personalista, localista e paternalista-autoritária. Sobre esse terreno impróprio, e sem cuidar de modifica-lo, as elites que fizeram a Independência política quiseram edificar a democracia.

A imposição do sufrágio “universal” (sic) e da Monarquia constitucional transformou os clãs senhoriais e parentais em clãs eleitorais de base municipal. Não é outra a verdadeira natureza dos partidos políticos brasileiros – uma aliança de clãs eleitorais –, tanto no Império como, mais tarde,

na República. Desaparecem a antiga dispersão, a desconexão e o isolamento dos senhores rurais, tornando-se solidarizados em dois grupos em disputa política, cada um deles com um chefe ostensivo a cujo mando todos obedecem.

O sufrágio era o agente unificador local que garantia a unidade de comportamento dos clãs agremiados em um desses dois grupos em disputa. Cada qual ficava unido sob uma legenda partidária, seja *conservador* seja *liberal*. A mudança não tem causas sociais nem econômicas, mas tão somente políticas em disputas eleitorais por mandato.

Apesar da incompatibilidade entre as instituições política do país real e o ordenamento legal do Brasil independente, o Império logrou criar uma *elite política* com consciência dos interesses nacionais. Esta elite foi produto do mérito individual de seus componentes e da vontade de um imperador estadista, que soube selecionar os melhores e dar-lhes um papel importante na política nacional. A seleção pelo método eleitoral nunca daria o mesmo resultado, pois não poderia senão criar um corpo de representantes que espelhasse a cultura de o povo-massa, o espírito de clã, o personalismo, e o privatismo.

A construção de uma elite verdadeiramente nacional foi interrompida pela República. Ela eliminou o Poder Moderador e, com ele, a possibilidade de existir uma instância situada acima dos partidos e das miúdas disputas de clãs que encarnavam.

Para Oliveira Viana, pareciam ser, assim, necessários para que o País escapasse ao destino ao qual o condenara sua história uma elite de indivíduos excepcionais e um dirigente dotado da consciência nacional que faltava ao povo. A transformação do Brasil em Nação plenamente constituída requeria que se discutissem as condições de êxito da política transformadora.

Os reformadores têm que escolher entre duas técnicas de reforma que a história ensina. A *liberal*, quando se espera que o povo adira à mudança que a política governamental propõe e a execute voluntariamente em liberdade, e a *autoritária*, quando o Estado usa da coação para obrigar o povo a mudar de conduta.

A longa experiência histórica de reformas fracassadas no país indicava ao autor que era mais difícil obter êxito por meio da técnica liberal. Na medida em que se tratava de mudar comportamentos associados a crenças e hábitos arraigados, a adesão espontânea não era muito provável: *alguma coerção seria necessária*.

A descentralização política por meio do municipalismo ou do federalismo era condenada, pois significava reforçar o que se quer combater: o mandonismo, o coronelismo, enfim, todas as formas de manifestação do complexo de clã. Na política brasileira, a rede de relacionamentos afetivos/clientelísticos do *Homem Cordial*, líder em cada um dos partidos oligarcas, era o determinante-chave das nomeações – e não a comprovada competência técnica.

4 Interpretações do Brasil Urbano-Industrial: Casta dos Guerreiros e Casta dos Mercadores contra Casta da Aristocracia Oligárquica Regional

O livro *A Revolução Burguesa no Brasil* de autoria de Florestan Fernandes foi publicado em 1974, sendo pouco entendido por causa de seu hermetismo teórico-metodológico. Seja para o mal (*academicismo*), seja para o bem (*rigor científico*), demarca a entrada no debate político brasileiro da *casta de sábios-universitários*, isto é, docentes de um Ensino Superior um pouco mais massificado em comparação com outrora, quando a elite era formada no exterior.

Florestan não faz historiografia, mas sim “Sociologia histórica de longa duração”. Não lhe importa a exposição minuciosa dos eventos, mas sim tornar explícito o papel que certas configurações históricas decisivas assumem:

1. na constituição dos grandes grupos sociais e das relações entre eles, e
2. na definição do formato da sociedade em seu conjunto.

Estudar a revolução burguesa no Brasil significa, para Florestan, reconstruir com se dá nesta particular configuração histórica um processo de proporções mundiais que:

1. é, simultaneamente, econômico, político, social, cultural e
2. se estende até à estrutura da personalidade e às formas de condutas individuais.

É um processo multidimensional que está em jogo. Ocorre em múltiplas escalas e com diversas interconexões entre seus componentes. Reconstruir esses níveis de análise nas suas diferenças e nas suas articulações em cada fase do processo é a principal tarefa.

Não se trata, portanto, nem de delinear os traços gerais da auto-organização própria da economia de mercado capitalista nem de realizar análise

comparativa entre variedades de capitalismo. E não é propriamente a expansão do capitalismo que está em pauta. A dimensão central da análise não é econômica, mas sim sociopolítica. Daí a ênfase na *revolução burguesa*: trata-se de examinar a formação de um “estilo especial de revolução burguesa”. O que está em questão, para Fernandes (1974), é o processo social pelo qual uma classe burguesa se constitui no Brasil e ganha condições para impor-se não só social e economicamente, mas também politicamente, ao conjunto da sociedade.

Percebe-se uma persistente iniciativa no sentido da ampliação do controle sobre toda a sociedade: é por isso que fala de “revolução burguesa”, mas não de “revolução estamental”. No caso brasileiro, não temos simplesmente traços estamentais que acidentalmente aderem à organização da classe, mas a dimensão de privilégios próprios é incorporada pela classe burguesa como traço estrutural na forja do processo histórico da sociedade. Daí a orientação particularista, voltada para o privado e, portanto, mais consentânea com posições estamentais do que com posições de classe historicamente revolucionária: a *ordem social competitiva ou burguesa* superando a *ordem senhorial*.

Ao absorver traços da *ordem estamental* que se propunha substituir, a burguesia brasileira incorporou cautela que inibe a dimensão construtiva da polarização. Nasceu o capitalismo de compadrio. Ela não suporta a polarização (e, portanto, também o conflito de classes) e, sob pressão, recua para a acomodação e para o despotismo político ou a autocracia.

Segundo Raimundo Faoro, no livro *Os Donos do Poder*, publicado em 1958, o *patrimonialismo* de origem portuguesa determinou, além de uma ordem econômica peculiar, relações específicas entre Homem e Poder. Atrelou-se a uma ordem burocrática que superpunha o soberano ao cidadão em relação semelhante à existente entre o chefe e o funcionário. O rei (ou qualquer mandatário republicano) se enxergava como o primeiro comerciante do Reino (ou República) assim como o senhor das terras. Daí o “eterno” espírito de privatização, no trato da coisa pública, ainda existente no País. O “troca-troca” através de nomeações para ocupar cargos é o tradicional método de escambo político para sustentar o Poder.

Gerindo o comércio e as terras como coisas próprias, o soberano teria lançado as bases para a *emergência futura do capitalismo de Estado*. O argumento é que a coroa tinha de ser gerida como empresa econômica voltada

para as conquistas marítimas. Apoiado na burguesia comercial, o monarca conseguiu, apoiado na estrutura patrimonial, erguer seu domínio acima da classe que havia patrocinado a monarquia. Ao lado da nobreza, essa burguesia se tornou o fator do poder, situando-se dentro do Estado. Acima de uma e de outra, pairavam o Rei e a Monarquia.

O grupo de comando, para Faoro, não era uma *classe*, mas sim um *estamento*, isto é, um grupo de indivíduos com análoga função social ou com influência em determinado campo de atividade. A etimologia da palavra “estamento” encontra-se no espanhol do século XVII, na coroa de Aragão, quando cada um dos estados concorria às Cortes e participavam delas, eram eles os clérigos, os nobres, os cavaleiros e as universidades. Refere-se também a cada um dos corpos co-legisladores, estabelecidos pelo estatuto real, que eram o dos próceres e o dos procuradores do reino.

O *estamento*, portanto, se relaciona com as quatro *castas* principais:

1. os sábios/sacerdotes;
2. os governantes/guerreiros;
3. os mercadores/financistas;
4. os camponeses/trabalhadores.

A diferença entre classe e estamento reside no fato de a primeira ser determinada economicamente, enquanto o segundo é, antes de tudo, uma camada social, ou seja, “os estamentos governam, as classes negociam”. Em *Os Donos do Poder*, o autor se preocupa com o *estamento político*: aquele em que os membros têm consciência de pertencer a um mesmo grupo – qualificado para o exercício do poder – e que se caracteriza pelo desejo de prestígio e honra social.

O estamento é típico das sociedades em que a economia não é totalmente dominada pelo mercado, como a *feudal* e, no caso luso-brasileiro, a *patrimonial*. Contudo, encontra-se, também, de forma residual, nas sociedades capitalistas. Representa um freio conservador no sentido que é voltado para si mesmo e está preocupado em assegurar as bases do poder via alianças com outra(s) casta(s).

O estamento propicia ao Estado nacional a organização política capaz de empreender, seja a aventura ultramarina, seja a industrialização, que nunca poderiam ter sido obra exclusiva de particulares. A exploração sistemática de cargos – lá, na Terrinha, como cá, no Terrão, “*os cargos são para os homens*”

certos e não os homens certos para os cargos” – caracteriza o Estado patrimonial de estamento. Em qualquer colônia, a nomenclatura sempre foi considerada uma fonte de extração inesgotável de poder e riqueza para os ávidos funcionários e/ou prepostos.

Seja a nobreza, seja a classe burguesa ociosa contemporânea, qualquer uma delas busca a ostentação propiciada pela economia dirigida pelo estamento. A corrupção grassa e o cargo confere aparente nobreza. Onde predomina a *casta de mercadores*, estabelece-se um aparelho administrativo que organiza a economia para proveito do mandatário.

Empreendimento real, a colonização foi confiada aos apaniguados, isto é, aqueles que eram favoritos, protegidos, afilhados, seguidores de ideia, pessoa, partido, etc. As castas que cercavam o trono, representante maior da casta dos aristocratas governantes, garantiriam a preservação dos vínculos públicos com a conquista tanto da *casta dos burocratas* quanto da *casta dos guerreiros*, assim como da *casta dos sábios (letrados) e sacerdotes*. A Santa Madre Igreja, naturalmente (sic) apelando para o temor do sobrenatural, não poderia estar ausente da submissão compulsória dos ateus nativos para a consagração da conquista da riqueza.

Para manter o empreendimento colonial, era necessário conceder poder ao estamento burocrático, fixando agentes do soberano e limitando as aspirações autonomistas dos potentados, isto é, da *casta dos mercadores* influentes e/ou ricos. Senão, os representantes desta *casta de mercadores* negociariam as terras, quebrando o monopólio real!

Um desvio dos privilégios comerciais e tributários da Coroa seria provocado pela privatização do latifúndio de forma autônoma. O processo de cerceamento à autonomia dos *caudilhos*, membros da *casta dos guerreiros*, e dos municípios se tornou irreversível com o aparelho administrativo e fiscalista que se montou sobre o ouro das Minas Gerais.

Para o funcionamento do aparelho administrativo, judiciário e fazendário, a paz interna e a defesa eram essenciais: a *casta dos guerreiros*, através do monopólio da violência, tornou-se, assim, o elemento integrador do colono à ordem metropolitana. Fez do particular o agente real, inclusive o nomeando como “coronel” da Guarda Nacional, aportuguesou a colônia, afidalgou os colonos, “embranqueceu” os mestiços.

Hoje, vendo a história a partir da atual (e transitória) “linha-de-chegada”, não será um mito-fundador o diagnóstico de que “a máquina estatal permaneceu portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior”? Não cabe adjetivar a máquina estatal como “casta”, que remete a *casto*, cuja etimologia vem do latim *castus, a, um* no sentido de “puro, íntegro, virtuoso, irrepreensível”. É fazer humor negro dizer que “a máquina portuguesa” guarda *castidade*, ou seja, se abstém de prazeres sexuais, abstando-se de vida sexual ilegítima ou promíscua, quando o território brasileiro foi povoado à base do estupro e miscigenação.

O Estado aqui nunca foi puro, cândido, inocente, sem mistura ou mescla, recatado, pudico. No Brasil, o Poder ainda não foi atingido ou tocado por coisas consideradas impuras apenas no que se refere aos párias. Aqui, o Poder busca convencer que está à distância de impurezas apenas para aparentar ser isento, intacto. Mas isso é só a aparência, pois, em sua essência, sempre foi dominado por alianças dinâmicas entre castas com exclusão dos párias, ou seja, “os intocáveis”.

Lira Neto, em sua trilogia biográfica “*Getúlio*”, publicada a partir de 2012, conta que o *positivismo* divulgado nos pampas gaúchos pregava a tese de que a sociedade precisava ser regida pelas mesmas leis e métodos da Matemática e da Biologia. Defendia, sem pudor, a necessidade de uma “ditadura científica republicana”, na qual o poder deveria decorrer do saber e não do voto. Advogava a instalação de um governo forte, um “Executivo hipertrofiado”, que se auto investisse da “tarefa suprema” de modernizar a sociedade, regenerar o Estado e educar os cidadãos para a vida em comum.

É evidente que muitos líderes políticos rio-grandenses se utilizaram de tal doutrina positivista como mera fachada ideológica para legitimar o autoritarismo que os caracterizava. O menino Getúlio Vargas cresceu em uma casa em que *o sistema parlamentar defendido pelos liberais era tido como um “sistema pra lamentar”...*

Na retórica instaurada pelos positivistas gaúchos, o campo da política era descrito como um “charco lodoso”, onde apenas chafurdavam as ambições e veleidades pessoais. Assim, o discurso da austeridade e da excelência moral embalava uma doutrina partidária que tinha na eficiência técnica e na eficácia administrativa a sua pedra de toque: os que detinham o Poder sempre se intitulavam “governo dos melhores”. Qualquer questionamento à administração pública ou mesmo a mais leve crítica à ausência da representação

parlamentar eram considerados, portanto, um retrocesso, ou seja, um retorno ao pântano mesquinho da política.

5 Evolução de Alianças, Golpes e Contragolpes entre Castas Brasileiras

Novas teorias não implicam jogar todas as “velhas” teorias no “lixo do pensamento econômico”. A Economia da Complexidade que trata a economia como um Sistema Complexo, emergente das interações de seus múltiplos e heterogêneos componentes, necessita de outras teorias para explicações em determinadas escalas, temporárias e transitórias. Vamos neste último tópico, em uma série de subtópicos, mapear a rede de relacionamentos entre as castas brasileiras – e a alternância de poder entre elas.

Muitas vezes é uma particularidade de um nódulo que importa para abranger a auto-organização de um Sistema Complexo. Em uma rede ordenada, focalizar o nódulo-chave e olhar poucos graus além deste nódulo, elimina as interconexões que estão fora da esfera dessa influência. Em outras palavras, quanto mais observar toda a Complexidade, melhor a chance de se focalizar nos detalhes simples que mais importam.

5.1 Ideologia: Coesão ou Coerção dos Párias

De acordo com o *Dicionário de Política*, no intrincado e múltiplo uso do termo *Ideologia*, pode-se delinear duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio se propôs a chamar de “significado fraco” e de “significado forte” da Ideologia.

No seu *significado fraco*, Ideologia designa a *species* diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos.

O *significado forte* tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Ele se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, a noção da falsidade. No *significado forte*, Ideologia é um conceito *negativo* que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.

Em vez de considerar o *sentido pejorativo ou depreciativo* da palavra *Ideologia* – conjunto de concepções abstratas que constituem mera análise ou

discussão sem fundamento de ideias distorcidas da realidade –, adotarei aqui o *sentido institucionalista*. É uma maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou um grupo de pessoas, um governo, um partido, etc., dentro de uma Nação ou mesmo internacionalmente.

Antônio Gramsci sugere que há duas esferas essenciais no interior da *superestrutura* do capitalismo, que conformam o *Estado como soma da sociedade política e da sociedade civil*. A *Sociedade Política* é o aparato da coerção estatal em função do domínio direto ou de comando que se expressa no Estado e no governo jurídico. A *Sociedade Civil* é o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias. Compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações sindicais e profissionais, os meios de comunicação, as organizações de caráter científico e artístico, etc.

O Estado é constituído, então, por uma *hegemonia revestida de coerção*. A dominação social se daria através dessa unidade de *repressão violenta* e de *integração ideológica*. No âmbito da *sociedade civil*, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições, através da *direção* e do *consenso*.

O Estado constitui uma unidade contraditória entre a *coerção* – violência repressiva –, a *coesão* – dominação ideológica – e a necessidade de *reprodução* do “capital em geral” – e da população. Este último ponto salienta que não se deve subestimar o papel da economia na vida social.

Logo, o Estado possui uma *autonomia relativa* em relação os interesses particulares de capitalistas. A *integração ideológica* supõe também que o Estado leve em conta, em certa medida, os interesses materiais das classes dominadas e exploradas. Os interesses limitados dos capitalistas individuais podem ser, assim, “sacrificados” em nome dos interesses da classe dominante em seu conjunto, isto é, da reprodução do sistema capitalista.

O *nacionalismo*, por exemplo, é uma *ideologia* que se refere à preservação da nação enquanto entidade, por vezes na defesa de território delimitado por fronteiras terrestres, mas, acima de tudo nos campos linguístico, cultural, etc., contra processos de destruição de sua identidade ou transformação. Tratarei aqui de *nacionalismo em seu sentido estrito*, no caso, como um sentimento de valorização marcado pela aproximação e identificação com uma nação brasileira.

5.2 Conciliação entre Castas e Párias

No livro *Conciliação e Reforma no Brasil*, publicado em 1965, José Honório Rodrigues defende uma tese: o segredo de como fizemos e continuamos a fazer nossa história, ou a chave para entender-nos, é a *conciliação*. Não se deve, contudo, confundir conciliação com conformismo.

Às massas populares o País deve a integridade territorial, a unidade linguística, a mestiçagem, a tolerância racial, cultural e religiosa, e as acomodações que acentuaram e dissolveram muitos dos antagonismos grupais e fizeram dos brasileiros um só povo. Como tal se reconhece – e tem sua autoestima. Porém, não se deve ver nessas massas populares apenas o *conformismo religioso*, pois elas também ofereceram as melhores lições de *rebeldia* contra uma ordem social injusta e estagnada.

A conciliação deu-se no cotidiano das relações humanas, mas foi frequentemente substituída pela inconformidade, a contestação e a revolta nas relações políticas, econômicas e sociais. O que caracteriza o nosso itinerário no tempo é um permanente divórcio entre a Nação e o Poder, entre *o que a sociedade quer* e *o que o governo faz* ou, rigorosamente, *deixa de fazer*.

A paz entre os donos do Poder acerta-se, geralmente, pelo adiamento do debate, sua redução aos termos mais simples, ou ocultação dos problemas. Em nome da concórdia, protela-se. O então presidente Sarney dizia que havia apenas dois tipos de problemas no mundo: *aqueles que o tempo resolve*, e *os insolúveis!*

A conciliação pela inércia sempre empurrou para o futuro os grandes problemas nacionais. Só os enfrentamos, temerosos e prudentes, quando não há mais jeito de evitá-los. Isso ocorre com grande atraso, portanto, com soluções e remédios que já perderam o prazo de validade.

Não se busca a *concórdia* pelo respeito à diversidade de ideias e pela aceitação de que governe um partido eleito – e de que os outros dele discordem sem golpeá-lo. O que se procura é diluir ou, se possível, anular o dissenso. Por isso, perdoam-se e reabsorvem-se os revoltosos, sempre que esses são tidos por iguais (contra elite ou dissidentes da elite), como os dos Farrapos. O mesmo não ocorre quando são magotes de escravos ou negros, caboclos, mulatos e cafuzos sem eira nem beira, como os cabanos ou, já na República, os beatos de Canudos.

Há que converter os dissidentes – ou “contra elite”. E que acalmar os insubmissos. A política da conciliação serviu para reforçar, revitalizar e renovar, periódica e parcialmente, a minoria dominante, quase todas as vezes em que esta se encontrou ameaçada por opositores ou insatisfeitos, chamando-os para integrar o círculo interno do poder.

Mantêm-se, assim, coesos ou, quando menos, cúmplices da inação os vários grupos que aspiram a conduzir o País. Na história do Brasil, abundam os que pregam as reformas, porém, no mando, não as fazem. O consenso dá-se sempre em favor do *status quo*.

Mesmo nossos líderes populistas, como Vargas, nunca acreditaram na *maioridade do povo* ao trata-lo com paternalismo. A *autonomia* deste povo significaria adquirir a capacidade apresentada pela vontade humana de se autodeterminar segundo regras morais por ela mesma estabelecida, livre de qualquer influência exógena subjugante.

Essa tradicional conciliação, ainda que infecunda, infelizmente, foi recém substituída pela recusa ao diálogo, pelo desrespeito aos opositores, pela intolerância mútua e pela intransigência. Houve quebra da coesão social, na Nação brasileira, com discursos de ódios mútuos proferidos na imprensa e rede social.

Michel Debrun, no livro *A Conciliação e Outras Estratégias*, publicado em 1983, critica a famigerada *fisiologia* brasileira, isto é, o senso de compromisso, do favor, do jeitinho, às vezes do “deixa disso” – ou até da negociata. Existe mesmo, no Brasil, *a ideologia da fisiologia*, ou seja, *a ideologia da conciliação*. Ela pretende fundamentar, legitimar, certos comportamentos oportunistas.

Até o final do regime militar, face o *autoritarismo*, tinha-se como única opção, aos grupos dominados e às elites dissidentes, a escolha, ou melhor, a contínua oscilação, entre a acomodação ao que chama de “estrutura brasileira de autoridade”, daí *a fisiologia*, e a tentativa de volta por cima com a ruptura radical com o “sistema”, daí *o ideologismo*. Descolado da realidade, no plano sócio-político, este teve repetidos fracassos.

No plano sócio-político, um indivíduo ou uma coletividade não podem se declarar, a não ser brincando, ao mesmo tempo, *fisiológicos* e *ideológicos*. Há de escolher: as duas vertentes implicam modalidades de ação incompatíveis entre si.

A criação da *identidade cultural de base nacional brasileira* se desenvolveu através do samba, do carnaval, do futebol, da culinária e, depois da TV em rede nacional, da telenovela. Não foi porque muitos gostam dessas *manifestações culturais*, mas porque cada um sabe que outros gostam, e todos sabem que isso nos diferencia em relação ao resto do mundo. Em casa, há *comunhão* em torno dos televisores. Na rua está o *dissenso*.

Muitos membros da classe dominante também ficam “envolvidos” pelo futebol, ou seja, pela rede nacional. Esta *conciliação sociocultural* é uma das razões pelas quais a sociedade brasileira não explode, apesar das suas extremas desigualdades e injustiças. Estabelece-se uma fraternidade mínima.

A conciliação no *âmbito sociocultural* serve para disfarçar o que ocorre no *âmbito sócio-político*. O comportamento real, no Brasil, corresponde só muito parcialmente às normas formais sem que ninguém queira dispensar as informais. Há sempre oscilação entre valores “proclamados” e valores “reais”. Confundindo-se *a ordem* e *a desordem* se torna bastante difícil distinguir o *lícito* de o *ilícito*.

A *conciliação sociocultural*, que é uma manifestação de *relaxamento*, revestiu ideologicamente a “*conciliação*” *política*, que é um mecanismo de *disciplinamento*. As castas dominantes praticam as duas, passando de maneira oportunista do rigor autoritário que rege o enquadramento dos párias subalternos, principalmente no processo de trabalho, para a tolerância em relação a inúmeros aspectos do dia-a-dia, oferecendo a reciprocidade desta para justificar aquela submissão à ordem estabelecida.

Entre *o rigor* e *a tolerância*, essa oscilação confunde e facilita a *cooptação política* apresentada como sendo fruto da nossa tradicional mistura sociocultural entre valores heterogêneos. Sem *coerção* explícita, o que existe de *coesão* via cooptação passa a ser percebido sob o prisma do paternalismo do “pai dos pobres”, do “padrinho político” ou de algum outro suposto protetor.

No passado, aproveitou-se da organização apenas incipiente das classes subalternas para esmagar os inconformismos ou preveni-los pelo aliciamento de certos “líderes representantes”. Getulismo, ademarismo, janismo, lacerdismo, chaguismo, malufismo, etc., se enquadram em *demagógico populismo de direita*, arquétipo na história política brasileira, como “conciliação” política que se destina a encher os currais eleitorais.

Outra “conciliação” (contrapartida dessa política clientelista) envolve recrutar apadrinhados “confiáveis”. Como é raríssimo encontrar parceiros dotados de igual vocação para independência e submissão, na medida em que, prevalecendo sentimentos de mobilidade individual, eles levarão de roldão a fidelidade, os padrinhos acham melhor contemplar apenas *os adesistas fieis*, que nem ideologia da autonomia advogam, por exemplo, os sarneysistas, os quercistas, os tucanos, os lulistas, etc., na montagem periódica de quem toca a máquina pública. O *Homem Cordial* com suas escolhas baseadas em relações familiares e/ou afetivas, tipo “toma lá, dá cá”, é uma longa tradição na política brasileira.

O fosso de riqueza e poder entre o topo e a base da pirâmide social tende a se esvaír em *clientelismo*. Para funções de *direção* – dar ordens – estariam predestinados os membros da elite política, inclusive sindical, religiosa e midiática, “personalidades” ou “celebridades” cuja liderança, ou melhor dito, popularidade, teria o consentimento ativo dos outros, isto é, de “os de fora”, a maioria do povo. A membros deste restam funções de *execução*, isto é, cumprir ordens.

5.3 Autoritarismo da Casta dos Guerreiros

O modo de relacionamento da casta dos guerreiros militares/policiais com as demais castas e os párias se assenta, historicamente, no *autoritarismo*. Sustentado pela ideologia do *positivismo*, os militares brasileiros muitas vezes se colocaram como vanguarda em defesa de “o que acham de melhor” para a Nação brasileira sem a preocupação de a consultar democraticamente. À força, forjaram “ditaduras republicanas”.

De acordo com o *Dicionário de Política*, na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de *autoritários* os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas como o Congresso Nacional, os partidos, os sindicatos, etc. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas.

Em sentido psicológico, fala-se de *personalidade autoritária* quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços

característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e, em geral, todos aqueles que não têm poder e autoridade. Os membros da casta dos guerreiros são assim vistos pela maioria da população brasileira.

As ideologias autoritárias, enfim, são ideologias que negam de uma maneira mais ou menos decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio hierárquico, além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária.

Em geral, uma ditadura se desdobra de um Golpe de Estado, pois os derrotados não aceitam a legitimidade do novo governo que desrespeitou as regras do jogo democrático e reagem contra a agressão política sofrida. As Forças Armadas são chamadas pelos líderes civis do golpe para acalmar os ânimos dos opositoristas, porém os militares acabam também não aceitando a quebra da ordem dessas falsas lideranças de interesses particularistas, insubordinam-se à Constituição violada e resolvem implantar nova ordem unida sob o poder da força ou o monopólio da violência.

Na geração do “*baby-boom*” do pós-guerra, isto é, nascida nos “anos dourados” dos 50, irradiava-se a esperança, no início da segunda metade do século XX, de jamais a casta dos guerreiros voltar a impor seus valores morais à sociedade brasileira. Era um período que se pensava ter-se, definitivamente, superado a ditadura do Estado Novo e o período da II Guerra Mundial, ambos comandados por militares. Porém, houve ameaças de golpes civis-parlamentares, no Brasil, até o golpe militar de 1964, que acabou instalando uma ditadura por vinte anos.

Um trecho do livro “*Os Argentinos*” de Ariel Palacios lembra como eram contínuas (e sofridas) as notícias que se vazavam com muita dificuldade sobre os bastidores do que se passava nos “porões das ditaduras” latino-americanas. Os países da região eram tratados como “Republiquetas das Bananas”, justamente por não respeitarem as regras do jogo democrático.

Como transcorre o Golpe de Estado? O Presidente constitucional é derrubado e detido pelas Forças Armadas, que assumem o poder. Os generais conseguem, de imediato, grande consenso interno dentro das Forças Armadas

para dar o golpe. A divisão do poder se dá por terços: “33% das responsabilidades para o Exército, 33% para a Marinha, 33% para a Força Aérea”. Isso inclui a divisão dos Ministérios e das empresas estatais. Essa partilha do butim representa extraordinária mobilidade social para os oficiais militares.

O regime militar fecha o Congresso Nacional, além das Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores. Declara caducos todos os mandatos eletivos. Além disso, acaba com o direito de greve. Os partidos políticos são suspensos.

Os militares afirmam que precisam combater os “marxista-leninistas”, “apátridas”, “materialistas e ateus” e os “inimigos dos valores ocidentais”. Dessa forma, prendem sindicalistas que exigem reposições salariais, jornalistas não alinhados com a ditadura, psicólogos (uma profissão da qual os militares desconfiam), pacifistas, freiras e padres que trabalham em bairros operários ou favelas. Também são detidos – e desaparecem – os amigos dessas pessoas. E também os amigos dos amigos.

A ditadura ainda protagoniza incinerações de livros. Para os militares, são suspeitos todos os autores “esquerdistas”. Censura canções e reportagens. O regime proíbe o ensino até da teoria matemática dos conjuntos, por considerá-la “subversiva”. A palavra “vetor” também é proibida nas escolas, já que os militares a consideram integrante da terminologia marxista. Simultaneamente, a ditadura instala centenas de centros clandestinos de detenção e tortura em todas as regiões do país.

Quando se inicia a sucessão compromissada entre os generais-ditadores começa o racha nas Forças Armadas. “Linhas-duras ou gaviões” se digladiam com “liberais ou pombos” a respeito da adoção de abertura política lenta e gradual. O enriquecimento de alguns oficiais, em bons postos civis, e a ambição despertada nos demais quebram a hierarquia militar.

Um novo ditador diz conduzir a abertura política de forma a permitir para as Forças Armadas uma retirada ordenada, negociada e muito gradual. No entanto, a ditadura torna-se, logo, totalmente desprestigiada: as denúncias sobre os desaparecidos, antes censuradas, começam a aflorar. Junto com isso, sofre os efeitos de danos econômicos.

As organizações de defesa dos direitos humanos e a Anistia Internacional vazam informações para todo o mundo a respeito de quantos civis

a ditadura assassina, entre os quais crianças, adolescentes e idosos. Dentre o total de desaparecidos, somente entre 5% e 10% são guerrilheiros. Os restantes 90% ou 95% são civis sem participação em luta armada.

A ditadura aplica uma série de formas de eliminar pessoas que considera “subversivas”. As principais são jogar pessoas vivas de aviões sobre o Oceano Atlântico; juntar prisioneiros e dinamitá-los; fuzilamento; morte por terríveis torturas. O destino dos corpos é enterrá-los em cemitérios clandestinos ou mesmo em cemitérios oficiais, embora em fossas coletivas como indigentes.

Desde a Independência do Brasil, houve vários tipos de revoltas, tentativas de golpe e golpes efetivamente aplicados. Se um *golpe de Estado* é definido como subversão da ordem institucional, então, de 1822 até os dias atuais, houve pelo menos dez golpes efetivados no Brasil:

1. Dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 por D. Pedro I;
2. Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1840;
3. Proclamação da República em 1889;
4. Dissolução do Congresso Nacional e instauração do Estado de Sítio em 3 de novembro de 1891 pelo Marechal Deodoro da Fonseca;
5. Golpe do Marechal Floriano Peixoto: o vice-presidente assume e não convoca novas eleições presidenciais como determinava a Constituição;
6. Revolução de 1930;
7. Estado Novo em 1937;
8. Deposição de Getúlio Vargas em 1945;
9. Golpe Militar de 31 de março de 1964;
10. Golpe Parlamentarista em um Regime Presidencialista em 2016.

5.4 Elitismo das Castas dos Aristocratas Governantes e dos Sábios-Tecnocratas

Não obstante as divergências que dividem os defensores da Teoria das Elites, pode-se indicar alguns traços comuns que servem para distinguir esta teoria, que está subentendida na doutrina do positivismo. Em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades. A causa principal da desigualdade está na *distribuição desigual do poder*, ou seja, no fato de que o poder tende a ficar

concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Entre as várias formas de poder, o mais determinante é o *poder político*. Aqueles que detêm o poder, especialmente o poder político, ou seja, a classe política propriamente dita, são sempre uma *minoría*. Uma das causas principais por que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas está no fato de que os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm ligames entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder.

Um *regime político* se diferencia de outro na base do modo diferente como as elites surgem, desenvolvem-se e decaem, na base da forma diferente como se organizam e na base da forma diferente com que exercem o poder. O elemento oposto à *elite*, ou à *contra-elite*, é a *massa silenciosa*, a qual constitui o conjunto das pessoas que não têm poder, ou pelo menos não têm um poder politicamente relevante: são numericamente a maioria, porém, não são auto organizadas, ou são organizadas por membros de castas que participam do círculo de poder, e estão, muitas vezes, a serviço deste.

A principal função histórica da Teoria das Elites foi a de denunciar as sempre renascentes ilusões de uma democracia integral, substancial e não apenas formal. Na sua *face ideológica*, ela contribuiu para obstaculizar o avanço de uma transformação democrática da sociedade, argumentando que democracia e existência de uma subcasta política minoritária não são incompatíveis. Na sua *face realista*, ela contribuiu e contribui, ainda hoje, para descobrir e colocar às claras o fingimento da “democracia manipulada”.

No final do século passado, contra a Democracia, entendida exatamente em seu sentido tradicional de doutrina da soberania popular, se formulou uma crítica que pretendeu, ao contrário, fundar-se exclusivamente sobre a observação dos fatos. Era uma crítica não ideológica, mas científica, pelo menos na temática, elaborada por *teóricos das minorias governamentais*.

Segundo a crítica que o liberalismo faz à Democracia direta, a soberania popular é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato. Alega que, em qualquer regime político, qualquer que seja a “fórmula política” sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma *minoría* de pessoas, que se chama de “classe política”, aquela que detém o poder efetivo.

No Congresso brasileiro, representantes da casta dos aristocratas fundiários e oligarcas regionais sempre o dominaram. Muitas vezes tornaram o

Poder Executivo presidencialista refém da coalização de partidos heterogêneos para constituição da “base governista”. A contrapartida é membros da casta de sábios-tecnocratas tocarem a máquina governamental em favor da aliança de castas estabelecida no governo de ocasião.

Esta Teoria das Elites analisa a história das três formas de Governo, constatando que desde o momento em que, em toda a sociedade, de todos os tempos e em todos os níveis de civilização, o poder está nas mãos de uma minoria, *não existe outra forma de Governo senão a oligárquica*. Porém, houve um debate em torno do conceito de Elite e em geral, em torno da validade do elitismo como teoria científica.

O conceito de Elite no poder foi criticado pelas duas partes opostas: os *liberais* negam a unidade da Elite no poder, ou seja, negam que o poder na sociedade esteja reunido em um grupo monolítico. Este distorceria a consciência, a coesão e a própria conspiração. Eles contrapõem, como antítese ao *monolitismo*, a “política como ação coletiva e pluralista”. Os *marxistas*, ao contrário, defendem que a Elite no poder não se encontra, de verdade, articulada nos três setores, porque a classe dominante é uma só, a dos detentores do poder econômico.

Questiona-se essa hipótese da existência de uma Elite no poder se não atender às seguintes condições: a) a hipotética elite for um grupo bem definido; b) houver uma amostragem suficiente de casos de decisões fundamentais, em que as preferências da hipotética Elite contrastam com as de outros grupos; c) em todos estes casos, as preferências da hipotética Elite prevalecem. Como nem o primeiro nem o terceiro ponto foram até agora empiricamente provados, a teoria das Elites no poder não teria fundamento científico.

A segunda crítica de extração marxista acha que a Teoria da Elite superestimou o papel dos militares e dos políticos de profissão. Na realidade, existem não três Elites representantes de castas ocupacionais, unidas em uma Elite do poder, mas “uma única classe dominante”, no sentido marxista da palavra, que seria a casta dos mercadores. Esta reúne as subcastas de latifundiários, industriais, comerciantes e financistas, ou seja, todos os capitalistas.

A crítica dos liberais não conduz necessariamente a uma negação radical do *elitismo*. Ela não nega que existam Elites ou que até em uma sociedade democrática exista uma contraposição permanente entre aqueles que têm o poder e aqueles que não o têm. Nega sim que em uma sociedade

extremamente complexa e fundamentalmente conflituosa, como a brasileira, exista apenas uma única Elite. Nega, enfim, não o *elitismo*, mas sim o *monolitismo*. Será que não se pode distinguir entre Elite da subcasta aristocrático-autocráticas e Elite da subcasta de sábios tecnocratas-neoliberais, já que no Brasil recente estão sempre aliadas sob o beneplácito da casta dos mercadores?

5.5 Populismo da Casta dos Trabalhadores

Sob o rótulo de “populismo”, o pensamento político tem caracterizado manifestações em que o povo estabelece conexão direta com uma liderança, desestabilizando a democracia representativa. Mas, para Laclau (2013), a flexibilidade com que o conceito é aplicado a situações as mais contraditórias, tanto à direita, como à esquerda, revela a dificuldade de entender o *populismo*. Este não é uma ideologia nem uma conduta irracional, mas segue sim uma lógica específica, relacionada às identidades coletivas e às demandas sociais. Valoriza os momentos de organização e atuação política do povo.

Para Laclau, a *razão populista* é o fundamento mesmo da ação coletiva que define a política. Por isso, ela recusa as racionalidades que aspiram ao fim da política, seja a que apregoa uma revolução totalitária, seja a que reduz a política à mera administração das coisas públicas.

A abordagem de Laclau se originou de sua insatisfação com perspectivas sociológicas que consideravam o agrupamento como unidade básica da análise social. O principal desafio intelectual é revelar a lógica da formação das *identidades coletivas*. A lógica que certos tipos – grupal, funcionalista ou estruturalista – de funcionamento social pressupõe, é, na sua visão, simples e uniforme demais para poder apreender a variedade de movimentos implicados na construção de identidades coletivas.

Evidentemente, o individualismo metodológico, inclusive em sua variante de “escolha racional”, não proporciona nenhuma alternativa. A análise histórica vai muito além da história factual-descritiva, liberal e superficial, de nomes de “indivíduos heróis” e datas de acontecimentos.

A unidade de um grupo é o resultado de uma articulação de demandas sociais. Essa articulação, entretanto, não corresponde a uma configuração estável. Pelo contrário, é da natureza de toda demanda apresentar, periodicamente, reivindicações a uma certa ordem estabelecida. Ela se

encontra em uma relação peculiar com essa ordem, situando-se dentro e fora dela.

A necessidade de um cimento social que una os elementos heterogêneos outorga centralidade ao *afeto* na constituição social. A gente faz política – ações coletivas – com amigos ou companheiros e um líder de quem gostamos ou compartilhamos um amor comum por determinada causa. Freud diz que “*o laço social é um laço libidinal*”.

Então, a subestimação do *populismo* implica na subestimação da política *tout court*. Daí a afirmação liberal de que a gestão da comunidade cabe a um poder administrativo, cuja fonte de legitimidade é o conhecimento apropriado pela casta dos sábios neoliberais em relação a aquilo que constitui uma “boa” comunidade e/ou economia, no caso, aquela em que predomina o livre-mercado favorável à casta dos comerciantes-financistas. Em contrapartida, não se pode contrapor apenas a casta dos sábios-tecnocratas que atenderiam aos interesses corporativistas da casta dos trabalhadores. Um projeto coletivo mais abrangente, incorporando as reivindicações dos excluídos das castas (“párias”), é necessário à coesão nacional.

O populismo sempre foi relacionado a um excesso perigoso, que questiona os moldes bem delineados de uma comunidade racional pelas castas. As lógicas específicas inerentes a esse excesso estão inscritas no funcionamento real de quaisquer espaços comunitários.

A Psicologia da Massa é inerente à formação de qualquer identidade social. O populismo tem uma lógica social. É muito simplesmente *um modo de construir a política*. Porém, o populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação de acordo com a dicotomia direita/esquerda. Trata-se de um movimento multiclassista, embora nem todo movimento multiclassista possa ser considerado populista.

O populismo inclui, usualmente, componentes contrastantes, tais como a reivindicação da igualdade de direitos políticos e da participação universal das pessoas comuns, mas funde-se com algum tipo de autoritarismo, frequentemente, sob uma liderança carismática. Ele inclui também demanda da justiça social, uma vigorosa defesa da pequena propriedade, componentes fortemente nacionalistas, e a negação da importância da classe. Cabe manter a referência às castas ocupacionais para os párias?

O populismo é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns de enfrentarem os interesses de grupos privilegiados, habitualmente considerados “inimigos do povo e da nação”. Qualquer um desses elementos pode ser enfatizado de acordo com condições sociais ou culturais, mas todos se encontram presentes na maioria dos movimentos populares.

Ocorrências históricas ilustram as condições de emergência das identidades populares. Há uma pluralidade de definições de populismo encontradas na literatura, entre outras:

1. a crença segundo a qual a opinião majoritária das pessoas é controlada por uma minoria elitista;
2. qualquer credo ou movimento baseado na premissa principal de que a virtude se encontra nas pessoas simples, que constituem a esmagadora maioria, e em suas tradições coletivas;
3. o populismo proclama que a vontade do povo enquanto tal tem supremacia sobre qualquer outro critério;
4. um movimento político que goza do apoio da classe trabalhadora urbana e/ou do campesinato, mas que não resulta do poder organizativo autônomo de nenhum desses dois segmentos classistas.

Há, atualmente, uma série de identificações que empobrecem o conceito do populismo, reduzindo-o, por exemplo, aos *movimentos da direita radical fundamentalista religiosa* (“crentes tementes de deus”) ou àquelas *tendências liberais elitistas* que veem nele uma oposição à lógica constitucionalista operante nas democracias modernas.

O populismo é um fenômeno que se relaciona de maneira mais ambivalente à ordem institucional. Este caráter está inscrito na insígnia *Par Le Peuple, Pour Le Peuple* [Para o Povo, Pelo Povo].

O *núcleo duro do populismo*, compreendido como um esquema ideológico, é um conjunto de fontes discursivas nos regimes democráticos. O “povo” é o soberano do regime político e o único referente legítimo para interpretar a dinâmica social, econômica e cultural. As elites no poder, especialmente as elites políticas profissionais, têm traído o povo ao não exercerem mais as funções para as quais foram designadas. É necessário restaurar o primado de “o povo”, o que pode levar a uma valorização de uma era anterior, caracterizada por um reconhecimento de “o povo”.

O *populismo* é um conjunto de recursos disponíveis para uma pluralidade de atores. Ele é o elemento democrático nos sistemas representativos contemporâneos.

Vale criticar aquelas abordagens liberais que, ao afirmarem uma total exterioridade do *populismo* com relação ao sistema político constitucionalista, o assimilam aos extremismos políticos, seja de direita, seja de esquerda, que não aceitam as “regras do jogo democrático parlamentar”: partidos democráticos no poder se definem por seu apoio ao governo e a oposição democrática tenta assumir o poder no marco institucional existente. Os partidos anti-institucionais rejeitam o sistema de regras democráticas vigente.

Daí a situação ambígua dos movimentos populistas: eles existem à margem dos regimes institucionais, oscilando entre denunciar os sistemas enquanto tal ou apenas aqueles que ocupam os lugares do poder. A dificuldade com esse *modelo do liberalismo político-parlamentar* é que ele dá como certo que existe algo como um sistema de regras bem estabelecidas em todos os momentos.

Isso, segundo Laclau, não leva suficientemente em conta a *dupla face do populismo*. Ele se apresenta como subversivo em relação ao estado de coisas existente e como ponto de partida para uma reconstrução mais ou menos radical de uma nova ordem sempre que a ordem anterior foi abalada.

O sistema constitucional tem de ser, mais ou menos, fraturado para que o apelo popular seja efetivo. Em situação de completa estabilização institucional – “completa” é uma situação puramente ideal –, a única oposição possível ao sistema partiria de um estrato puramente marginal e ineficaz. O populismo, entretanto, articula demandas fragmentadas e deslocadas ao redor de um novo núcleo. A crise da velha estrutura constitui até certo grau uma precondição necessária do populismo.

Se assim é, mais do que *um movimento populista com um pé dentro e outro fora do sistema institucional*, há uma *situação variável*, cujas principais possibilidades são:

1. um sistema institucional amplamente autoestruturado, que relega a uma posição marginal qualquer desafio anti institucional;
2. o sistema menos estruturado requer algum tipo de recomposição periódica, assim o sistema pode ser desafiado, mas, como sua

capacidade de autoestruturação ainda é considerável, as forças populistas têm de operar como se fossem “externas” e “internas”;

3. o sistema em um período de “crise orgânica”, nesse caso, as forças populistas que o desafiam precisam fazer mais do que se engajar na ambígua posição de subverter o sistema e, ao mesmo tempo, estar integradas a ele: elas tem de reconstruir a Nação em torno de um novo núcleo popular, logo, *a tarefa de reconstrução prevalece sobre a tarefa de subversão*.

Enfim, para Ernesto Laclau, o *populismo* é uma lógica própria de construção política, e não um tipo de ideologia, de anomalia ou mesmo de subdesenvolvimento irracional da democracia representativa. Não pode tampouco ser resumido à relação entre liderança política e massa populacional.

Ainda que o nome do líder e o afeto por ele despertado sejam fundamentais para a constituição da *lógica do populismo*, este não pode ser simplesmente explicado a partir de uma *relação carismática*. O que comumente é chamado de *populismo*, esse momento da *cristalização de uma liderança*, representa o corolário de uma articulação política que tem raízes muito mais profundas.

5.6 Culto à Personalidade e Desvianismo

De acordo com o *Dicionário da Política*, o *culto da personalidade* é entendido como exaltação de elementos carismáticos – relativo a qualidades marcantes de uma pessoa para o exercício de liderança e de atividades sociais com poder de atrair, encantar e seduzir – na relação com os governantes.

Enquanto a relação carismática se define por seu caráter imediato e pela sua direção do alto para baixo, o grupo dirigente pode colocar o maior empenho em criar estruturas de agregação e organização da sociedade civil como partido, sindicatos, comitês de defesa revolucionária, etc. Procura assim criar, ao mesmo tempo, níveis intermediários entre a sociedade e o Estado e, com eles, níveis de autonomia e de relação dialética em face do poder central.

A tendência intrínseca da autoridade carismática é a de exaurir e, por isso, se institucionalizar. Após a primeira fase de consolidação do regime, muito baseada no empirismo e na mobilização ideológica, o sistema político se ajusta, não sem problemas, aos esquemas das democracias populares. De resto, a própria figura carismática vai pouco a pouco adquirindo novas dimensões diante do constante robustecimento da gestão coletiva do poder e da rede de relacionamentos que interliga a sociedade civil.

O uso do termo *desviacionismo* estende-se do plano político ao ideológico. Por exemplo, com a chefia de Stalin, o partido único da URSS viu-se comprometido na luta contra o “desvio de direita” e de “esquerda”, um conflito inteiramente político, enquanto era imputado ao grupo de Trotsky um “desvio pequeno-burguês”, portanto essencialmente ideológico. Trata-se de um uso mais genérico do termo, referido a posições tanto teórico-políticas como ideológicas.

Neste sentido, é aparentemente lógico falar de “desvios de todo gênero”, como fez Krushev no Relatório ao XX Congresso do P.C.U.S., a propósito das consequências do culto da personalidade durante a chefia de Stalin. É um uso do conceito de *desvio* bastante diferente do da história precedente: se antes o desvio era definido como uma posição errônea por ser assim julgada pela maioria do partido, agora a crítica de *desviacionismo* se aplica à própria maioria.

A identificação dos desvios não está mais vinculada à luta política entre tendências, mas, a posteriori, à mudança nas orientações gerais e à correção de rumos. O desvio acaba por ser entendido como um afastamento de ideias condutoras gerais, válidas em si mesmas.

A experiência de membros da *casta dos trabalhadores* participantes do governo brasileiro entre 2003 e 2016 avança precisamente na linha desta concepção mais ampla. Como posição errônea, o desvio não é necessariamente referível a indivíduos ou grupos bem identificados de um partido. Pode ser uma tendência difusa, mesmo majoritária, caso em que poder-se-ia atribuir-se a todos os partidos. Os desvios são um risco constante e inevitável no exercício do poder. Sua prevenção, identificação e correção hão de ser confiadas a um compromisso incessante de discussão, crítica e persuasão, tanto no plano ideológico como político.

O problema de conciliar a liberdade de expressão com a disciplina do partido só surge quando o desvio foi identificado, discutido e criticado. De *fracionismo* em sentido próprio só se poderá falar, quando a disciplina partidária for consciente e organizadamente violada. Neste caso, da crítica e correção do *desviacionismo* se passará à acusação e repressão do *fracionismo*. No plano da aplicação histórica, as diferenças aparecem bem mais confusas, especialmente se a correção nos desvios parecer mais ligada à luta entre maioria e tendências (ou frações) minoritárias que à persuasão.

5.7 Corrupção da Casta dos Governantes ou Casta dos Mercadores como Corruptora

Segundo o *Dicionário de Política*, *Corrupção* é o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa. *Corrupto* é, portanto, o comportamento ilegal de quem desempenha um papel na estrutura do Estado.

Podemos distinguir três tipos de Corrupção:

1. a prática de uso da recompensa escondida (*propina*) para mudar a seu favor as decisões de um funcionário público ou de uma licitação de obra pública;
2. o *nepotismo*, ou concessão de empregos ou contratos públicos baseada não no mérito, mas nas relações familiares ou afetivas;
3. o *peculato* por desvio ou apropriação e destinação de fundos públicos ao uso privado, inclusive enriquecimento pessoal.

A Corrupção deve ser considerada em termos de legalidade e ilegalidade – e não de moralidade e imoralidade. Tem de levar em conta as diferenças que existem entre práticas sociais e normas legais e a diversidade de avaliação dos comportamentos que se revela no setor privado e no setor público. Por exemplo, o diretor de uma empresa privada que chamasse o seu filho para um posto de responsabilidade não cometeria um *ato de nepotismo*, mesmo que o filho não possuísse os requisitos necessários, mas cometê-lo-ia o diretor de uma empresa pública.

Corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe (*corruptor*) e quem se deixa corromper (*corrupto*). Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor.

No caso em que se ameaça com punição a quem lese os interesses dos corruptores, essa pressão de superior hierárquico é melhor definida como *coerção*. A Corrupção é uma alternativa da *coerção*, posta em prática quando as duas partes são bastante poderosas para tornar a coerção muito custosa, ou são incapazes de a usar.

A Corrupção é uma forma particular de exercer influência: influência ilícita, ilegal e ilegítima. Daí o *tráfico de influências* exercido por políticos

profissionais, comumente pertencentes a dinastias, que têm acesso a mandatários do aparelho de Estado.

Amolda-se ao funcionamento de um sistema político dependente, seja de financiamento eleitoral, seja de mobilidade social condizente com a riqueza de seus pares, em particular ao modo como se tomam as decisões que atendem a determinados interesses privados.

A primeira consideração diz respeito ao âmbito da institucionalização de certas práticas ilegais: quanto maior for esse âmbito, tantas maiores serão as possibilidades do comportamento corrupto. Por isso, a ampliação do setor público em relação ao privado, no caso de capitalismo tardio, pelo Estado planejar obras públicas de infraestrutura para tirar o atraso histórico, provoca o aumento das possibilidades de Corrupção.

Mas não é só a amplitude do setor público que influi nessas possibilidades já que também o ritmo com que ele se expande atrai mais a casta de mercadores empreiteiros de obras públicas. Em ambientes de capitalismo maduro, com os mecanismos de controle da Justiça estavelmente institucionalizados, os comportamentos corruptos tendem a ser, ao mesmo tempo, menos frequentes e mais visíveis que em ambientes de institucionalização parcial ou flutuante com em países emergentes.

Por exemplo, a Era dos “Barões Ladrões”, nos Estados Unidos do final dos anos 1800, designavam os empresários norte-americanos que adotaram práticas de exploração ilícitas para acumular sua fortuna. Essas práticas incluíam:

1. controlar recursos nacionais;
2. acumular altos níveis de influência no governo;
3. pagar salários extremamente baixos;
4. esmagar a concorrência através da aquisição de rivais, com o objetivo de criar monopólios;
5. aumentar os preços ou fraudar concorrências públicas com formação de carteis; e
6. criar esquemas para vender ações a preços inflacionados para investidores desavisados até ameaçar destruir a empresa, causando o empobrecimento dos investidores com a recompra de ações a preços ínfimos.

O termo combina o sentido de crime (“ladrão”) e aristocracia – *Aristokratia*, literalmente “governo dos melhores”, é aquela forma de governo em que o poder (*krátos* = domínio, comando) está nas mãos dos *áristoi*, os melhores, que não equivalem, necessariamente, à *casta dos nobres*, mesmo se, vulgarmente, os segundos são identificados com os primeiros. Essa designação própria da *casta dos nobres* para membros da *casta dos mercadores* é ilegítima, pois um barão é legítimo em uma República.

Nessa “Era dos Barões Ladrões” do capitalismo norte-americano, entre 1870 e 1914, a desigualdade social aumentou, extraordinariamente, à medida que o empreendedorismo, a industrialização e a manipulação financeira canalizaram novos ganhos, principalmente, para as famílias mais ricas. Foi uma era de fusões e aquisições de empresas, ou seja, de concentração de capital.

Nos Estados Unidos, houve o combate aos cartéis corruptos há mais de um século, na virada do XIX para o XX. *Cartel* é o acordo dos preços dos mesmos produtos entre diferentes empresas; a empresa que se recusa a participar do cartel é sabotada e seus proprietários, ameaçados. Os *trustes* são formados quando proprietários de empresas concorrentes se tornam sócios de uma única grande empresa para diminuir a concorrência e retirar a possibilidade de o contratante ou o comprador encontrar produtos ou serviços com menores preços. Quando grandes empresários, em vez de montar seus próprios empreendimentos, passam a comprar ações de empresas de um mesmo ramo de negócio, surgem as *holdings*.

A Corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das mudanças sociais. Está também relacionada com a cultura das elites e das massas populares. Depende da percepção que tende a variar no tempo e no espaço. Na identidade brasileira, a massa silenciosa assistiu, passivamente, a corrupção das elites como fosse prática normal dos negócios entre poderosos.

Se a Corrupção é um modo de influenciar as decisões públicas, quem dela se serve procurará intervir em três níveis.

O primeiro usará da Corrupção, antes de tudo, na *fase da elaboração das decisões*. Algumas atividades dos grupos de pressão, aquelas que tentam influir nos deputados, nos membros das comissões parlamentares, nos peritos, todos formadores de opinião junto a seus pares, podem ser englobadas nesta categoria da Corrupção. Recorrem, em geral, a este tipo de Corrupção aqueles grupos da casta de mercadores empreiteiros de obras públicas que, não gozando

de uma adequada representatividade, não possuem bastante acesso aos *decision-makers*, isto é, à casta dos sábios-tecnocratas. Nesse caso, a Corrupção pode também ser tida como tentativa para a obtenção de um acesso privilegiado a elaboradores da legislação ou aprovadores do orçamento público.

O segundo nível da Corrupção é o da *aplicação das normas por parte da administração pública e de suas instituições*. O objetivo, neste caso, é o de obter uma isenção ou uma aplicação de qualquer modo favorável. Serão tanto maiores as probabilidades de êxito, quanto mais elástica e vaga for a formulação das Medidas Provisórias.

A Corrupção pode ainda ser usada, no terceiro nível, *quando se faz valer a lei contra os transgressores*. Neste caso, a Corrupção visa a fugir às sanções legalmente previstas.

São objeto da Corrupção, nesses três níveis, respectivamente, os parlamentares, o Governo e sua tecnoburocracia, e a magistratura.

O fenômeno da Corrupção acentua-se com a existência de um sistema representativo imperfeito e com o acesso discriminatório ao poder de decisão. A última variável assenta no grau de segurança de que goza a elite – ou políticos profissionais representantes da casta da aristocracia governante – que está no poder. Quanto mais esta se sentir segura de conservar ou reconquistar o poder por meios legais ou recear ser punida usando meios ilegais, tanto menor será a Corrupção. Quanto mais ameaçada se sentir, tanto mais essa elite recorrerá a meios ilegais e à Corrupção para se manter no poder.

São notáveis os efeitos da Corrupção no funcionamento, especialmente, no financiamento de um sistema político.

Se a Corrupção está largamente espalhada e é ao menos parcialmente aceita pela massa de eleitores (“párias”) como o padrão nas relações entre as castas para acesso ao poder de decisões cruciais, suas consequências podem se prolongar na história nacional.

Se, porém, a Corrupção servir tão-só para que certa aliança entre castas mantenha o poder e, além disso, os corruptores forem elementos externos ao sistema político nacional, como no caso de neocolonialismo sobre países emergentes, é provável que seu uso em larga escala crie *reações*. Por um lado, surgirão tensões no seio dessas castas. Por outro, provocará reações na massa de eleitores, tanto ativas como manifestações massivas na rua – e nas urnas –, quanto passivas como apatia e alheamento em relação à política.

De um modo geral, portanto, a Corrupção investigada e denunciada é fator de desagregação do sistema. Em um sistema jurídico profundamente formalista e burocratizado, como é o brasileiro, uma campanha popular contra a Corrupção poderá contribuir para agilizar o funcionamento do sistema judicial e para o tornar mais expedito ao desbloquear certos processos de julgamentos e punições.

Momentaneamente funcional, principalmente quando os obstáculos de ordem jurídico-formal impedem tirar o atraso no desenvolvimento econômico, a Corrupção é apenas um paliativo em uma economia de mercado capitalista. Sua influência em longo prazo será negativa, acabando por favorecer alguns membros de castas em prejuízo de outros.

Em conclusão, a Corrupção, quer surja em um país emergente em expansão e não institucionalizado de forma democrática, quer atue em um sistema estável e institucionalizado de capitalismo maduro, é um modo de influir nas decisões públicas que fere no íntimo o próprio sistema capitalista. Este tipo privilegiado de influência, reservado àqueles que possuem meios financeiros de exercê-la, conduz ao desgaste do mais importante suporte desse sistema, sua *legitimidade* – ou aceitação das regras de um jogo não fraudado em que pode haver outros vencedores além de membros das castas.

Conclusão

Dependência de trajetória significa que “a história importa”. Para que? Não para determinar o futuro. Este é incerto, pois é resultante da pluralidade de decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas uma das outras em tempo real. Há um gradual afastamento das condições iniciais em direção não para um equilíbrio estacionário, mas sim para uma trajetória caótica.

Nós, brasileiros, estamos em um Sistema Complexo, cujo estado inicial não é completamente conhecido porque decisões *ex-ante* são vistas por sua resultante *ex-post*. A partir do “ponto de chegada” atual, composto de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento, buscamos o entender. Essa *imprecisão dos dados iniciais* irá se refletir na limitada qualidade da previsão que somos capazes de fazer sobre o estado futuro desse Sistema Complexo em que o Brasil está imerso.

Ao tentar desvendar como, de fato, *a história importa*, Bernardi (2012) afirma que divergências consideráveis surgem entre os autores na definição de mecanismos explicativos. Seja na importância concedida ao tema da

contingência, seja na própria especificação dos *tipos de sequências de eventos* que poderiam ser considerados como dependentes da trajetória, o desafio intelectual é enorme.

O conceito de *dependência da trajetória* (*path dependence*) é oferecido justamente como a ferramenta analítica para entender a importância de sequências temporais e do desenvolvimento, no tempo, de eventos e processos sociais. A compreensão intuitiva de pressuposta causalidade histórica adota o *método cronológico* para contar uma história para si. Supõe que para descobrir a lógica do mundo real (e atual) é preciso entender os detalhes sequenciais de como ele alcançou o “ponto-de-chegada” no presente.

O risco nessa análise retrospectiva é só contar “a história dos vencedores” e esquecer-se das alternativas e dos dilemas na tomada de decisões em encruzilhadas históricas. Nesse *historicismo*, não se afasta do *truísmo* – verdade incontestável ou evidente por si mesma – de diagnosticar que “o presente é assim porque o passado o levou a isso”...

Em modelos estocásticos não-lineares, cujo processo é não-determinístico, a história se reorienta em eventos aleatórios. Dentre duas ou mais alternativas não necessariamente prevaleceria a mais eficiente em condições de retornos crescentes, nas quais elevam-se os benefícios de uma maneira autorreforçante (*self-reinforcing way*).

Em uma concepção liberal de ordem espontânea, correspondente a um equilíbrio em que se realiza o melhor resultado, isto é, a alocação e o uso mais eficientes das alternativas em economia de livre-mercado, o *elemento estocástico*, que porventura tenha existido no início da sequência temporal em favor de uma das alternativas, é *anulado* (*averaged out*), fazendo com que o processo se livre da influência de um estado antecedente casual.

Desse *modo reducionista*, o sistema econômico obedeceria a uma lógica similar à das Leis da Física Mecânica de origem newtoniana, já que perturbações ou mudanças temporárias são rapidamente negadas pelas forças opostas que elas provocam. Nessa visão neoclássica, *a história não é importante*, já que ela meramente conduz a economia de mercado livre a um pressuposto equilíbrio geral inevitável... e inelutável.

Todavia, essa visão estática e determinista, segundo a qual seria possível prever um único ponto de equilíbrio a partir de um conjunto dado de preferências e dotação de fatores exógenos ao modelo, não se sustentaria na

análise de setores da economia que são intensivos em conhecimento. Isso porque tais setores estão sujeitos em grande medida a invenções, rupturas e retornos crescentes (*increasing returns*) que produzem *processos de feedback positivo ou autorreforço (self-reinforcing processes)*. Estes conferem rigidez estrutural a uma alternativa em detrimento de outras, uma vez que eventos aleatórios no início da sequência temporal lhe tenham permitido alguma vantagem sobre as outras opções disponíveis. A trajetória caótica se afasta das condições iniciais.

Nas condições iniciais, existem múltiplas alternativas disponíveis, mas, diferentemente do imaginário liberal, não é possível determinar *a priori* o equilíbrio final. Em outros termos, não se sabe *ex-ante* qual das alternativas ficará sujeita a um processo de autorreforço até prevalecer sobre as demais. Isso porque só posteriormente (*ex-post*) se pode estabelecer qual opção foi favorecida com alguma vantagem no início do processo por um evento contingente.

O efeito dessa *contingência* – fato imprevisível ou fortuito que escapa ao controle – então é reforçado por *feedbacks positivos* que a conduzem a uma situação de *lock-in*, isto é, de *irreversibilidade*. Uma vez que os retornos crescentes produzem um processo de autorreforço, o elemento estocástico que ocorre no início da sequência de eventos, em favor de uma das alternativas, tem seus efeitos ampliados e não anulados, no decorrer da sequência temporal, diferentemente do que ocorre na visão estática e determinista. Assim, múltiplos resultados finais são possíveis, a depender da sequência particular dos eventos.

Portanto, esse tipo de processo é *dependente da trajetória*. Na linguagem estatística, um processo cujos resultados são dependentes da trajetória é definido como um *processo estocástico não-ergódico*. Ele é incapaz de se livrar dos efeitos persistentes de condições aleatórias e transitórias que prevaleceram no início da história do processo, afastando-o das condições iniciais. A não ser que a intervenção de alguma força externa ou de um choque altere sua configuração ou transforme as relações estruturais subjacentes aos atores, a trajetória é caótica e/ou não determinística.

O conceito de *dependência da trajetória* refere-se, portanto, a processos baseados em eventos aleatórios e *feedbacks* positivos naturais, como uma propriedade de processos dinâmicos contingentes não-reversíveis. Seu conteúdo central se refere à *ideia da história como um processo de ramificação (branching) irreversível*. Nele, os custos de transição para uma alternativa

previamente descartada se acumulam com o tempo, tornando tal mudança cada vez menos provável por mais que a alternativa escolhida se mostre menos eficiente que algumas das opções antes (ou ainda) disponíveis.

É necessário reconhecer a existência de outros mecanismos desencadeadores de dependência da trajetória. Por exemplo, as *instituições* – modos coletivos de pensar ou valores – são importantes carregadoras da história. Elas carregam e reproduzem, de maneira inercial, suas características estruturais originais e tendem a persistir mesmo quando as condições que originalmente justificavam sua existência deixam de existir.

As instituições contribuiriam para estruturar o contexto em que acontecem os processos de socialização, aprendizagem e interação dos agentes. Exerceriam, então, um impacto determinante na formação de expectativas compartilhadas de comportamento.

Neste estudo dos comportamentos históricos das castas de natureza ocupacional, no Brasil, deduzi que, a partir das interações entre esses componentes de um sistema complexo, emergiu um resultado que não poderia ser observado no nível de cada qual, mas sim através da rede de relacionamentos entre elas.

Apresentei uma trajetória dinâmica de alianças, golpes e contragolpes. Primeiro, analisei a evolução histórica das alianças entre as castas brasileiras, destacando os pontos de ruptura como marcos na história. Depois, busquei detectar, dentro da dependência de trajetória caótica e não linear desse sistema complexo, se havia emergência de comportamentos macrossociais e quais eram os principais nódulos dos relacionamentos entre as castas.

Cheguei à conclusão, no final deste estudo da literatura historiográfica brasileira clássica, através da leitura de fontes secundárias, que conciliação, autoritarismo, elitismo, populismo, culto à personalidade, e corrupção, são os elos mais notáveis nessa rede de relacionamentos entre as castas brasileiras. A *conciliação* é a ideologia de coesão nacional. O *autoritarismo* é a coerção imposta pela casta dos guerreiros. O *elitismo* é próprio da casta dos aristocratas governantes em aliança com a casta dos sábios esnobes. O *populismo* ocorre quando o povo (composto de “párias”) estabelece conexão direta com uma liderança trabalhista. O *culto à personalidade* corresponde a essa tradição. Por fim, a casta dos mercadores é *corruptora* de todas as demais para impor seus interesses privados.

Referências bibliográficas

COLEÇÃO BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA DO SENADO FEDERAL
(domínio público em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/>):

- *A Querela do Estatismo*, de Antônio Paim
- *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco
- *A Política Exterior do Império* (3 vols.), de J. Pandiá Calógeras
- *O Brasil Social*, de Sílvio Romero
- *Os Sertões*, de Euclides da Cunha
- *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu
- *Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Viana
- *A Cultura Brasileira*, de Fernando Azevedo
- *A Organização Nacional*, de Alberto Torres
- *Deodoro: Subsídios para a História*, de Ernesto Sena Rodrigues Alves
- *Presidencialismo ou Parlamentarismo?*, de Afonso Arinos de Melo Franco
- *Rui Barbosa, um Estadista da República*, de João Mangabeira
- *Eleição e Representação*, de Gilberto Amado

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDRADA E SILVA. José Bonifácio de. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: <http://www.obrabonifacio.com.br/>.

ANDRADE, Oswald de. *Manifesto Antropófago*. Em Pindorama, Ano 463 da Deglutição do Bispo Sardinha.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

BASTOS, Pedro Paulo; FONSECA, Pedro Dutra da. *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BERNARDI, Bruno Boti. O Conceito de Dependência da Trajetória (*Path Dependence*): Definições e Controvérsias Teóricas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 (original 1965).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Desenvolvimento do Desenvolvimentismo: do Socialismo Utópico ao Social-Desenvolvimentismo*. Campinas: IE-Unicamp, maio 2012. (Texto para Discussão, n. 205).

COSTA, Fernando Nogueira da; SANTOS, Taciana; SILVA, Daniel Pereira da; ALMEIDA, Samir Luna de. *Economia Interdisciplinar*. Campinas: IE-Unicamp, dez. 2015. (Texto para Discussão, n. 261).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Formação do Economista no Brasil Contemporâneo*. Campinas: IE-Unicamp, set. 2016. (Texto para Discussão, n. 279).

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Três, 1984.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e Outras Estratégias*. São Paulo; Editora Brasiliense, 1983.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 3. ed. revista. Porto Alegre: Globo, 2001.

FAUSTO, Carlos. *Os Índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1975.

FRANCO, Gustavo. *As Leis Secretas da Economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 (original 1956).

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada / Derrotada / Escancarada / Derrotada / Acabada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras (original de 1936).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo), (original de 1959).

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras (original de 1949).

LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo).

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Brasília: Senado Federal, 2003 (original de 1899). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179441>.

PADRE ANTÔNIO VIEIRA. *Sermões*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_acion=&co_autor=101.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (original de 1942).

PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. Brasília: Senado Federal, 2003 (original de 1894).

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (original de 1928).

PRIESTLAND, David. *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: Etapas da Evolução Sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras / Publifolha, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982 (original de 1965).

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TALEB, Nassim Nicholas. *A lógica do Cisne Negro: O impacto do altamente improvável*. São Paulo: Editora Best Seller, 2008.

VIANA, Oliveira. *Instituições Políticas do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

VISCONDE DE MAUÁ. *Autobiografia: Exposição aos credores e ao público*. Brasília: Senado Federal, 2011 (original de 1878).